

EDITAL DE LICITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO - Nº 004/2022/PMC – 1ª REPUBLICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049.229/2022

ÓRGÃO:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E
DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - SADHPD**

Objeto:

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS (RESTAURANTES) PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NUTRICIONALMENTE ADEQUADAS À POPULAÇÃO EM VULNERABILIDADE NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES DESCRITAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

Data da Abertura: Até às 16:00h (dezesseis horas) do dia 1º de julho de 2023.

**End. para
retirada do
Edital:**

O Edital completo poderá ser retirado no site da Prefeitura Municipal de Cuiabá, por meio do endereço: <http://licitacao.cuiaba.mt.gov.br/licitacao/>
*Clicar na data designada para ocorrer a licitação.

Informações:

Secretaria Adjunta Especial de Licitações e Contratos/Secretaria Municipal de Gestão – SAELC/SMGe - Telefone: (65) 3645-6241. Atendimento: Das 08:00 as 12:00hs e das 14:00 às 18:00hs. E-mail: cpl@cuiaba.mt.gov.br

SUMÁRIO

1	PREÂMBULO	3
2	DO LOCAL E PRAZO PARA O CREDENCIAMENTO	3
3	DO OBJETO.....	3
4	DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO	3
5	DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL	6
6	DO PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO	6
7	DO CADASTRO DE RESERVA	9
8	DO CUSTO ESTIMADO E DA FONTE	9
9	DOS RECURSOS	10
10	DAS SANÇÕES	10
11	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	12
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA		14
ANEXO II – FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO		44
ANEXO III - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO		46
ANEXO IV - DECLARAÇÃO		47
ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO.....		48
1	CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO	48
2	CLÁUSULA SEGUNDA - DO AMPARO LEGAL E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO	48
3	CLÁUSULA TERCEIRA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO	49
4	CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DO CONTRATO	49
5	CLÁUSULA QUINTA – DAS ESPECIFICAÇÕES	49
6	CLAUSULA SEXTA – DOS VALORES E FORMA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS.....	53
7	CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA.....	53
8	CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ.....	55
9	CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO.....	56
10	CLÁUSULA DECIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO PAGAMENTO	58
11	CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO	61
12	CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	61
13	CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO.....	63
14	CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE	63
15	CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO	63

1 PREÂMBULO

1.1 O MUNICÍPIO DE CUIABÁ, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - SADHPD, com o apoio da Secretaria Adjunta Especial de Licitações e Contratos – SAELC, mediante COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, designada pela PORTARIA 304/2022, divulgada no Gazeta Municipal de Cuiabá no dia 22 de março de 2022 torna público, para conhecimento de todos os interessados que fará realizar licitação na modalidade CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2022/PMC – 1ª REPUBLICAÇÃO, conforme exigências descritas neste Edital e seus anexos.

2 DO LOCAL E PRAZO PARA O CREDENCIAMENTO

2.1 Os interessados deverão preencher e encaminhar o Formulário de Requerimento, sem emendas, rasuras, e/ou qualquer fato que prejudique sua inteligência e sua autenticidade, devidamente datado e assinado pelo representante da empresa, com identificação legível do(s) signatário(s), com a respectiva firma reconhecida em cartório.

2.2 O Credenciamento e os envelopes contendo os Documentos de Habilitação e Formulário de Requerimento deverão ser entregues **ao Presidente da Comissão de Licitação até às 16:00 (dezesesseis horas), do dia 1º de julho de 2023 - Fuso horário de Cuiabá/MT, diretamente na Prefeitura Municipal de Cuiabá/MT - Secretaria Adjunta Especial de Licitações e Contratos/Secretaria Municipal de Gestão – SAELC/SMGe - Telefone: (65) 3645-6241. Atendimento: Das 08:00 as 12:00hs e das 14:00 às 18:00hs. Endereço: Praça Alencastro, nº 158, 5º Andar - Centro - Cuiabá/MT.**

2.3 O credenciamento ficará aberto pelo prazo de 12 (doze) meses a partir da data da sua publicação.

3 DO OBJETO

3.1 Chamamento Público para Credenciamento de estabelecimentos comerciais (restaurantes) para o fornecimento de refeições nutricionalmente adequadas à população em vulnerabilidade no Município de Cuiabá, conforme especificações e condições descritas neste edital e seus anexos.

4 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1 Antes de efetuar o requerimento e analisar a viabilidade de ofertar a proposta, os interessados deverão conhecer o edital, certificar-se de que preenche os requisitos exigidos, e analisar a viabilidade de ofertar proposta de Credenciamento.

4.2 Somente serão admitidas a participação neste CHAMAMENTO PÚBLICO os interessados que comprovem possuir os requisitos mínimos de habilitação, correndo por sua conta todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às proponentes pela realização de tais atos.

4.3 Poderão participar deste Chamamento Público para o credenciamento as empresas que possuam em seu objeto social/CNAE fiscal atividade compatível com preparo e fornecimento de refeições.

4.4 Não será admitida nesse processo de Chamamento Público a participação de empresas em situações elencadas abaixo:

- a)** Concordatárias ou em processo de falência, em recuperação judicial ou extrajudicial (cujo plano não tenha sido aprovado pelo Poder Judiciário), sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b)** Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- c)** Que estejam sob pena de interdição de direitos previstos na Lei nº. 9605/98;
- d)** Estrangeiras que não funcionem no País;
- e)** Cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto do presente
- f)** Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, quaisquer que sejam sua forma de constituição;
- g)** Possuam entre seus dirigentes sócios ou acionistas servidores pertencentes ao quadro da Prefeitura Municipal de Cuiabá.

4.5 Poderão se credenciar as pessoas jurídicas que atenderem as exigências contidas no item 4.10.

4.6 Se, por ocasião da formalização do credenciamento, as certidões de regularidade de débito da interessada estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo a impossibilidade devidamente justificada.

4.7 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias, comprovar a situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

4.8 Os casos omissos relativos à execução do credenciamento serão resolvidos de comum acordo entre os Contratantes, celebrando, se necessário, termos aditivos, quantos bastem, para a satisfação do interesse destes.

4.9 As propostas deverão permanecer válidas em condições de aceitação por um período de 60 (sessenta) dias, contados da data da entrega das mesmas.

4.10 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

4.10.1 A empresa interessada deverá apresentar juntamente com o Formulário de Requerimento, diretamente a presidente da Comissão de Licitação os seguintes documentos:

4.10.2 RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

4.10.2.1 Cédula de identidade, quando se tratar de empresa individual.

4.10.2.2 Registro comercial, no caso de empresa individual.

4.10.2.3 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

4.10.2.4 Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.10.2.5 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

4.10.2.6 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

4.10.2.7 CPF e RG do(s) representante(s) legal(is), com poderes de representação devidamente comprovados.

4.10.3 RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

4.10.3.1 Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) e no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

4.10.3.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1.751, de 02/10/2014), podendo ser retirada por meio dos sítios eletrônicos: www.receita.fazenda.gov.br ou www.pgfn.fazenda.gov.br;

4.10.3.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual - Certidão Negativa de Débito Fiscal (CND), expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio tributário da licitante, observando que no caso do Estado de Mato Grosso, deverá ser específica para participação em licitações públicas, sendo expedida pelo site: www.sefaz.mt.gov.br;

4.10.3.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal - Certidão quanto à Dívida Ativa do Município da sede da licitante, com validade na data de apresentação da proposta;

4.10.3.5 Certificado de Regularidade relativo à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais com validade na data de apresentação da proposta, onde poderá ser retirada no Site: www.caixa.gov.br;

4.10.3.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;

4.10.4 RELATIVOS A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

4.10.4.1 A empresa licitante deverá possuir em seu objeto social/CNAE fiscal atividade compatível com preparo e fornecimento de refeições;

4.10.4.2 A empresa licitante deverá apresentar Alvará de localização e Funcionamento da Empresa com finalidade compatível para preparo e fornecimento de refeições;

4.10.4.3 A empresa licitante deverá apresentar Alvará/Licença da Vigilância Sanitária;

Obs: Não serão exigidos atestados de capacidade técnica por serem incompatíveis com a finalidade perseguida de pulverizar para restaurantes diversos o fornecimento de alimentação.

4.10.5 Documentação Complementar (Modelo - Anexo IV).

4.10.6 Todas os interessados deverão apresentar os documentos específicos para a participação nesta licitação, preferencialmente entregues numerados e na sequência do Edital, a fim de permitir celeridade na conferência e exame correspondentes.

5 DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente Edital, bem como suas retificações, por irregularidade na aplicação da lei, devendo protocolar o pedido formal e expressamente, com todos os dados de identificação e qualificação necessários, junto a Secretaria Adjunta Especial de Licitações e Contratos, 5º andar, Palácio Alencastro, nº 158, Centro, Cep.: 78.005-906; nos seguintes horários: das 08:00 às 12:00hs e das 14:00 às 18:00hs (horário local), sendo direcionada ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Cuiabá, até o quinto dia útil que anteceder a data fixada para a abertura dos invólucros de Habilitação, conforme previsto no § 1º do artigo 41 da Lei nº 8666/93.

5.2 Alternativamente o licitante poderá ainda encaminhar a petição via endereço eletrônico: cpl@cuiaba.mt.gov.br, sendo que o documento deverá ser assinado, digitalizado e com a qualificação necessária, inclusive com telefone e endereço eletrônico para a resposta da comissão.

5.3 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, perante a Administração, a licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes das propostas de preço e venha a apontar falhas ou irregularidades que o viciou, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, conforme previsto no parágrafo 2º, do artigo 41, da Lei nº 8.666/93.

5.4 A resposta da comissão de licitação ao esclarecimento/impugnação, ocorrerá até o dia anterior do prazo para o encerramento do credenciamento.

5.5 A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

5.6 Se procedente e acolhida à petição, os vícios do Edital serão sanados., ficando as empresas interessadas em participar do certame responsáveis pelo acesso e o acompanhamento das alterações, no endereço eletrônico <http://licitacao.cuiaba.mt.gov.br/licitacao/>.

5.7 Na hipótese da impugnação ser rejeitada, ficarão mantidas as condições originalmente previstas neste edital.

5.8 Quem impedir perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção de 06 meses a 02 (dois) anos e multa, nos termos do artigo 93 da Lei 8666/93.

5.9 Os casos omissos da presente CHAMADA PÚBLICA, serão solucionados pelo(a) Presidente de Comissão.

6 DO PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO

6.1 É obrigação única e exclusiva dos interessados o acompanhamento dos comunicados e boletins de esclarecimentos emitidos pelo Município de Cuiabá, não sendo aceitas reclamações posteriores sob a alegação de não recebimento de informações.

6.2 Os formulários de requerimento acompanhados da documentação pertinente serão recebidos pela Comissão Permanente de Licitação/SAELC e encaminhados para a Comissão Julgadora da **Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência -**

SADHPD que após análise da documentação concluirá, pelo deferimento ou indeferimento dos requerimentos dos interessados no credenciamento, na forma apresentada no presente Chamamento Público.

6.3 O recebimento e/ou aceite do requerimento e documentos não implicam o reconhecimento da condição de **CREDENCIADO** em favor dos interesses, o qual se dará somente após a celebração do Termo de Contrato (expedido pela Secretaria Adjunta Especial de Licitações e Contratos) com o Município de Cuiabá.

6.4 Os requerimentos que não atendam as disposições constantes neste Edital e/ou desacompanhados dos documentos exigidos serão indeferidos.

6.5 Não serão considerados motivos para indeferimento da participação simples omissões ou irregularidades materiais, tais com erros de digitação, concordância verbal etc. nos requerimentos ou na documentação, desde que sejam irrelevantes e não firam os direitos dos demais interessados.

6.6 A decisão que indeferir o requerimento do interessado no CREDENCIAMENTO dar-se-á por intermédio de comunicação por escrito e/ou por meio de publicação na imprensa oficial do Município de Cuiabá.

6.7 Conforme objetivos pretendidos pelo Programa, o Município de Cuiabá será subdividido por regiões, identificadas pelos respectivos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, a saber:

6.7.1 CRAS REGIONAL SUL

6.7.1.1 CRAS PEDRA 90;

6.7.1.2 CRAS TIJUCAL;

6.7.1.3 CRAS OSMAR CABRAL;

6.7.1.4 CRAS GETÚLIO VARGAS (BAIRRO ITAPAJÉ);

6.7.1.5 CRAS - NOVA ESPERANÇA.

6.7.2 CRAS REGIONAL NORTE

6.7.2.1 CRAS CPA;

6.7.2.2 CRAS JD. UNIÃO.

6.7.3 CRAS REGIONAL OESTE

6.7.3.1 CRAS JD ARAÇÁ;

6.7.3.2 CRAS NOVO COLORADO.

6.7.4 CRAS REGIONAL LESTE

6.7.4.1 CRAS PEDREGAL;

6.7.4.2 CRAS DR. FÁBIO;

6.7.4.3 CRAS DOM AQUINO;

6.7.4.4 CRAS PRAEIRO;

6.7.4.5 CRAS PLANALTO.

6.7.5 O licitante interessado em se credenciar deverá possuir estabelecimento em imóvel localizado em **um raio de até 03 km (três quilômetros) do Centro de Referência** respectivo.

6.7.6 A distância descrita no presente item será auferida por meio da aposição no mapa em linha reta, do CRAS até o restaurante licitante.

6.7.7 Estima-se o credenciamento de **20 (vinte) restaurantes** nas regiões conforme tabela abaixo:

Ord.	CRAS	QTD RESTAURANTES
1	CRAS REGIONAL SUL - PEDRA 90	2
2	CRAS REGIONAL SUL - TIJUCAL	1
3	CRAS REGIONAL SUL - OSMAR CABRAL	2
4	CRAS REGIONAL SUL - GETÚLIO VARGAS (ITAPAJÉ)	2
5	CRAS REGIONAL SUL - NOVA ESPERANÇA	2
6	CRAS REGIONAL NORTE - CPA	1
7	CRAS REGIONAL NORTE - JD. UNIÃO	1
8	CRAS REGIONAL OESTE - JD ARAÇÁ	1
9	CRAS REGIONAL OESTE - NOVO COLORADO	1
10	CRAS REGIONAL LESTE - PEDREGAL	3
11	CRAS REGIONAL LESTE - DR. FÁBIO	1
12	CRAS REGIONAL LESTE - DOM AQUINO	1
13	CRAS REGIONAL LESTE - PRAEIRO	1
14	CRAS REGIONAL LESTE - PLANALTO	1
TOTAL		20

6.8 DA SELEÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS:

6.8.1 A seleção dos restaurantes aptos ao credenciamento far-se-á por meio da ordem cronológica de protocolo do pedido;

6.8.2 Os pedidos somente serão aceitos mediante a apresentação da integralidade da documentação relativa à habilitação.

6.8.3 A ordem cronológica será aferida por meio do protocolo realizado junto à Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Cuiabá, no seguinte endereço: Praça Alencastro, nº 158, 5º Andar, Secretaria Adjunta de Licitações e Contratos/SAELC, Cuiabá-MT, Cep 78.005-906.

6.8.4 Os protocolos realizados após o quantitativo máximo por região serão alocados no Cadastro de Reserva.

6.9 DA VISTORIA HABILITATÓRIA

6.9.1 Após a apresentação da documentação descrita nos itens antecedentes, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência - SADHPD realizará visita *in loco* para a aferição da compatibilidade do estabelecimento com os termos descritos no Termo de Referência.

6.9.2 O estabelecimento considerado inapto terá o prazo de 3 (três) dias úteis para sanar a irregularidade.

6.9.3 Não sanada a irregularidade, ou sendo ela insanável, o Restaurante não será credenciado.

6.9.4 Não sendo credenciado o Restaurante, será convocado o próximo da fila de espera para o mesmo procedimento.

6.9.5 A Vistoria Habilitatória é indispensável para o início das atividades no Programa Cuiabá de Prato Cheio.

6.10 Concluída a análise dos requerimentos e documentos, a Secretaria Adjunta Especial de Licitações e Contratos – SAELC elaborará relatório contendo a lista dos interessados classificados, conforme atendimento ao Edital.

6.11 Após a publicação do relatório deste Edital, não caberá desistência por parte dos interessados, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente devidamente comprovado a ser analisado pela Comissão.

6.12 A formalização do Termo de Contrato será efetuada com o interessado que atender aos critérios do presente Edital, se necessário, passará, após a celebração do referido Termo, a se valer para todos os direitos do contrato.

6.13 O(s) interessado(s) que tiver(em) seu requerimento aprovado, será(ão) classificado(s) conforme ordem de chegada, sendo comunicado através dos meios de comunicação eletrônica, postal ou telefônica para assinatura do Contrato dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar de sua convocação, sob pena de decair o direito do contrato.

6.14 A falta de assinatura do Contrato por parte do interessado, por qualquer motivo, dentro do prazo estabelecido nesse Edital, implicará em sua imediata eliminação. Nesse caso, o Município de Cuiabá realizará o chamamento por ordem de classificação, quando houver, nas mesmas condições do primeiro classificado, das demais empresas para a assinatura do Termo, que terão igual prazo, não se eximindo o interessado inadimplente das penalidades previstas na legislação.

6.15 Farão parte integrante do Contrato, independentemente de transcrição, as instruções contidas nesse Edital e os documentos nele referenciados.

6.16 O resultado do presente certame será publicado e divulgado pelo(a) Presidente de Comissão no Diário da Gazeta Municipal de Cuiabá no endereço eletrônico <http://www.gazetamunicipal.cuiaba.mt.gov.br/>.

7 DO CADASTRO DE RESERVA

7.1 Os restaurantes não selecionados dentro do número de vagas previamente existentes serão relacionados no Cadastro de Reserva do Programa Cuiabá de Prato Cheio.

7.2 Todos os retardatários serão ordenados por ordem cronológica de apresentação de documentos, classificando-se ao final da fila da sua região específica.

7.3 A ordem cronológica será aferida por meio do protocolo realizado junto à Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Cuiabá, atualmente localizada no 5º andar do Palácio Alencastro.

7.4 A Administração poderá ampliar o quantitativo de restaurantes por região, convocando as licitantes classificadas, respeitando-se a classificação do Cadastro de Reserva.

8 DO CUSTO ESTIMADO E DA FONTE

8.1 O valor estimado da despesa corresponde à monta mensal de R\$ 291.200,00 (duzentos e noventa e um mil e duzentos reais), assim distribuídos:

8.1.1 Consumo para viagem: R\$ 135.200,00/mês;

8.1.2 Consumo no local: R\$ 156.000,00/mês.

8.2 O valor total da despesa para 12 (doze) meses, está estimado em R\$ 3.494.400,00 (três milhões quatrocentos e noventa e quatro mil e quatrocentos reais).

ÓRGÃO	NATUREZA DA DESPESA	
11	3.3.90.39	
UNIDADE	FONTE	
601	1500	RECURSOS ORDINÁRIOS
PROGRAMA/AÇÃO		
2079		

9 DOS RECURSOS

9.1 Caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação do ato ou lavratura da ata, quando presentes todos os prepostos dos licitantes ao ato em que foi adotada a decisão ou na ausência de algum licitante, a partir da publicação do resultado do julgamento.

9.2 Interposto o recurso será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9.3 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

9.4 Os recursos serão dirigidos ao Município de Cuiabá, junto a SAE/C/SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, 5º andar, Palácio Alencastro, nº 158, Centro, CEP 78.005.906, nos seguintes horários: das 08:00 às 12:00 e das 14:00 as 18:00 horas, direcionada ao Presidente de Comissão de Licitação.

9.5 Os recursos referentes aos atos de habilitação terão efeitos suspensivos, podendo a autoridade competente, motivadamente e presente as razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

9.6 Não será conhecido o recurso cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo e/ou subscrita por procurador não habilitado legalmente no processo para responder pela empresa.

9.7 Na contagem dos prazos será excluído o dia do início e incluído o dia do vencimento.

9.8 Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada aos interessados.

9.9 O recurso contra decisão do(a) Presidente de Comissão não terá efeito suspensivo.

9.10 Decididos os recursos contra os atos praticados pelo Presidente de Comissão, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação a licitante vencedora.

10 DAS SANÇÕES

10.1 Nos termos da Lei n.º 10.520/2002, comete infração administrativa a CREDENCIADA que:

10.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3 Falhar ou fraudar na execução do contrato;

10.1.4 Comportar-se de modo inidôneo; ou

10.1.5 Cometer fraude fiscal.

10.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CREDENCIADA as seguintes sanções:

10.2.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

10.2.2 Multa de:

10.2.2.1 20% (Vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho, em caso de descumprimento total da obrigação;

10.2.2.2 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 15º (décimo quinto) dia de atraso, sobre o valor total da parte do serviço/fornecimento não realizado;

10.2.2.3 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso subsequente ao 15º (décimo quinto), sobre o valor da parte do serviço/fornecimento não realizado, até o 30º (trigésimo);

10.2.2.4 0,7% (sete décimos por cento) por dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor da parte do serviço/fornecimento não realizado, desde que não configurado a inexecução total.

10.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) sobre o valor total da contratação devidamente atualizado, por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), na hipótese de recusa injustificada da CREDENCIADA em apresentar a garantia, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da assinatura do Contrato e/ou recompor o valor da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após regularmente notificada;

10.2.2.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

10.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

10.2.3.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar, prevista neste subitem, também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no primeiro subitem desta seção deste Termo de Referência.

10.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CREDENCIADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

10.3 As sanções previstas acima descritas poderão ser aplicadas à CREDENCIADA juntamente com as de multa.

10.4 Também ficam sujeitas às penalidades dos incisos III e IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, as empresas ou profissionais que:

10.4.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.4.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.4.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CREDENCIADA, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93 e as normativas correlatas do Município de Cuiabá/MT.

10.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

10.6.1 A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

10.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.9 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846/13, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo, necessárias à apuração da responsabilidade da empresa, deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

11 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 A apresentação da proposta vincula o proponente ao seu cumprimento, bem como implica a aceitação de todas as condições e obrigações constante neste Edital arcando o proponente em caso de desistência da proposta, com o pagamento das indenizações que resultarem da sua desistência, conforme sanções estabelecidas na minuta do contrato.

11.2 É facultada ao Presidente da Comissão, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

11.3 A autoridade competente para determinar a contratação, a mesma poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, nos termos do Artigo 49 da Lei 8666/93.

11.4 A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do Artigo 59 da Lei 8666/93.

11.5 Os interessados não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do **credenciado** de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

11.6 As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e ao ÓRGÃO não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7 As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

11.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal na Municipalidade.

11.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do interessado, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública deste CHAMAMENTO PÚBLICO.

11.10 Os Interessados poderão retirar o edital via Internet através do endereço eletrônico www.cuiaba.mt.gov.br, link: **serviço/licitações (sem custos)**.

11.11 A homologação do resultado deste credenciamento não implicará direito à contratação.

11.12 Aos casos omissos serão decididos pela Comissão de Licitação.

11.13 Qualquer atestação falsa por parte da fiscalização, ou omissão de declaração que deveria constar visando prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato relevante é CRIME DE FALSIDADE IDEOLÓGICA, prevista no artigo 299 e Parágrafo único, do Decreto Lei nº. 2.848/40 (Código Penal).

11.14 São partes integrantes deste Edital:

- a) ANEXO I - Termo de Referência;
- b) ANEXO II – Formulário de Requerimento;
- c) ANEXO III – Modelo de Carta de Credenciamento;
- d) ANEXO IV – Declarações Diversas
- e) ANEXO V – Minuta do Contrato de Credenciamento

Cuiabá (MT), 30 de junho de 2022.

Luciana Carla Pirani Nascimento
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Agmar Divino Lara de Siqueira
Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
TERMO DE REFERÊNCIA N.º 028/2022/SADHPD

1. DAS INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS	
✓ Órgão Requerente: Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência - SADHPD.	DESCRIÇÃO DE CATEGORIA DE INVESTIMENTO <input type="checkbox"/> Aquisição (Consumo) <input type="checkbox"/> Contratação de Serviços <input type="checkbox"/> Obras <input checked="" type="checkbox"/> Outros
✓ Unidade Solicitante: Coordenadoria Técnica Administrativa	

2. DA MODALIDADE E O TIPO DE LICITAÇÃO	
MODALIDADE	TIPO DE LICITAÇÃO
<input type="checkbox"/> Concorrência - Art. 22 §1º, Art. 23 incisos I e II alínea c da Lei n.º 8.666/93. <input type="checkbox"/> Tomada de Preço - Art. 22 §2º, Art. 23 incisos I e II alínea b da Lei n.º 8.666/93. <input type="checkbox"/> Convite - Art. 22 §3º, Art. 23 incisos I e II alínea a da Lei n.º 8.666/93. <input type="checkbox"/> Concurso - Art. 22 §4º da Lei n.º 8.666/93. <input type="checkbox"/> Leilão - Art. 22 §5º da Lei n.º 8.666/93. <input type="checkbox"/> Dispensa de Licitação - Art. 24 da Lei n.º 8.666/93. <input checked="" type="checkbox"/> Chamamento Público - Lei n.º 8.666/93. <input type="checkbox"/> Pregão Eletrônico - SRP - Lei n.º 5.450/2005, Decreto Municipal n.º 5.011/2011 e Decreto Municipal n.º 5.456/2014. <input type="checkbox"/> Pregão Eletrônico - Lei n.º 5.450/2005 e Decreto Municipal n.º 5.011/2011. <input type="checkbox"/> Pregão Presencial - SRP - Lei n.º 10.520/2002, Decreto Municipal n.º 5.011/2011 e Decreto Municipal n.º 5.456/2014. <input type="checkbox"/> Pregão Presencial - Lei n.º 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 5.011/2011.	Art. 45, incisos I ao IV, da Lei n.º 8.666/93: <input type="checkbox"/> Menor Preço Unitário <input type="checkbox"/> Menor Preço Global <input type="checkbox"/> Menor Preço Lote <input type="checkbox"/> Melhor Técnica <input type="checkbox"/> Técnica e Preço <input type="checkbox"/> Maior Lance ou Oferta <input checked="" type="checkbox"/> Não se enquadra.

3. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
<input checked="" type="checkbox"/> Lei n.º 8.666/93 e suas alterações (Institui normas para Licitações e Contratos da Administração);

- () Lei Complementar n.º 123/2006 (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte) e alterações posteriores;
- () Lei Complementar Municipal n.º 192/2005 (Regulamenta o Tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte);
- () Lei n.º 10.520/2002 (Institui a modalidade de licitação denominada Pregão);
- (X)** E demais disposições a serem estabelecidas no Edital de Licitação e em seus Anexos.

4. DO OBJETO

4.1. Credenciamento de estabelecimentos comerciais (restaurantes) para o fornecimento de refeições nutricionalmente adequadas à população em vulnerabilidade no Município de Cuiabá, conforme especificações e condições descritas neste Termo de Referência.

5. DA JUSTIFICATIVA

A Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência - SAHDPD é executora a nível Municipal da Política Nacional, Estadual e Municipal da Assistência Social e atualmente estamos habilitados em nível de Gestão Plena do SUAS - Sistema Único da Assistência Social, onde oferta programas, projetos, serviços e benefícios para famílias e pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social.

Em sua maioria, os usuários da pasta encontram-se em extrema pobreza, o nicho mais vulnerável do País, necessitados urgentes de uma alimentação saudável e constante.

A política de erradicação da fome está constante desde a redemocratização nacional, aprofundando-se com a criação do Programa Bolsa Família, avanços internacionalmente reconhecidos e replicados em diversos países.

Contudo, a pandemia e a descaracterização do programa aprofundaram as desigualdades nacionais e devolveram o país ao mapa da fome, fato que requer dos gestores a adoção arrojada de novos programas, visando a mitigação dos efeitos da má gestão nacional e das crises internacionais.

É nesse cenário que se insere o Programa Cuiabá de Prato Cheio, buscando pulverizar a oferta de alimentos à população mais vulnerável da Capital Matogrossense com a oferta de restaurantes que forneçam alimentos por meio de parceria com o Poder Público.

O Credenciamento de restaurantes regionalizados também contribuirá para fomentar a economia de cada região da cidade, incentivando a microeconomia local, com impactos na geração de emprego e renda.

Esses conglomerados de objetivos estão traçados no Plano Estratégico do Município de Cuiabá/MT - 2021/2024, demonstrando a plena sintonia entre o Planejamento e a Execução programática da Gestão.

Essas são as razões que demonstram a essencialidade do programa perseguido, contribuindo para a concretização dos direitos insculpidos na Carta Magna de 1988, com o fim de erradicar a fome no município de Cuiabá/MT.

6. DA CONFIRMAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PESSOA JURÍDICA		
ÓRGÃO	NATUREZA DA DESPESA	
11	3.3.90.39	
UNIDADE	FONTE	
601	1500	RECURSOS ORDINÁRIOS
PROGRAMA/AÇÃO		
2079		

7. DA CONFIRMAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

DECLARAMOS que os recursos orçamentários para cobertura das despesas decorrentes das futuras aquisições dos produtos/serviços registrados, objeto desta licitação, já estão reservados no orçamento anual e estão autorizados pelo ordenador de despesas, garantindo a realização desta licitação.

Benedito Paulo Arantes do Carmo
Diretor Técnico de Fundo Municipal - SADHPD

Hellen J. Ferreira de Jesus
Secretária Municipal de Assistência Social,
Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência - SADHPD

8. OBJETIVOS

8.1. OBJETIVO GERAL:

- 8.1.1.** O Programa “Cuiabá de Prato Cheio” tem por objetivo a criação de uma rede credenciada de restaurantes para oferta de refeições nutricionalmente adequadas à população de baixa renda cadastradas e referenciadas nos CRAS e demais instrumentos socioassistenciais, inclusive Sede da SADHPD.
- 8.1.2.** A implantação do programa dá cumprimento às metas estabelecidas no Plano Estratégico do Município para o quadriênio 2021-2024.
- 8.1.3.** As refeições serão fornecidas nas modalidades “Para Viagem” e “Consumo Local”, com vistas a propiciar segurança alimentar e nutricional das famílias em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar, em especial àquelas que tiveram sua condição agravada pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19).

8.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- 8.2.1.** Realizar o credenciamento de estabelecimentos comerciais (restaurantes) de Cuiabá/MT, para a execução do Programa Cuiabá de “Prato Cheio”, por meio do presente Chamamento Público.
- 8.2.2.** Garantir à população Cuiabana acesso à alimentação equilibrada de qualidade e em quantidade suficiente, sempre observando a adequação nutricional, mormente àquelas consideradas em situação de insegurança alimentar, a preço popular de forma adequada, equânime e qualificada.
- 8.2.3.** Referenciar as famílias em situação de vulnerabilidade social aos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, Centros de Referência Especializados em Assistência Social - CREAS e demais instrumentos socioassistenciais, em especial aquelas afetadas pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) em Cuiabá/MT.

9. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO, ESPECIFICIDADE E QUANTIDADE

- 9.1.** As refeições serão distribuídas em quantitativo de 26.000 (vinte e seis mil) refeições mensais, divididas por 20 (vinte) estabelecimentos credenciados, destinadas a pessoas em situação de vulnerabilidade social e previamente cadastrados junto a um Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, ou outro instrumento designado pela SADHPD, inclusive pela Sede.

- 9.2.** A oferta pelos credenciados deverá respeitar o limite de 1.000 (mil) refeições diárias, contabilizando 26 (vinte e seis) dias, considerando o limite total de 26.000 (vinte e seis mil) refeições mensalmente por estabelecimento;
- 9.3.** A execução dos serviços pelos estabelecimentos credenciados se dará de segunda-feira a sábado, com horário para distribuição das refeições das 11h às 14h, exceto em feriados.
- 9.4. O Prazo e Horário de entrega deverá ser respeitado, sendo:**
- 9.4.1.** **Início do fornecimento em 05 (cinco) dias corridos contados a partir da Emissão da Ordem de Fornecimento;**
- 9.4.2.** **Entregas das 11h00 às 14h00, com tolerância máxima de trinta minutos (horário máximo de entrega 14:30h);**
- 9.4.3.** **A oferta pelos credenciados deverá respeitar o limite de 1.000 (mil) refeições diariamente, contabilizando 26 (vinte e seis) dias, considerando o limite total de 26.000 (vinte e seis mil) refeições mensalmente para todos os estabelecimentos;**
- 9.4.3.1.** O cronograma apresentado é referencial, podendo ser alterado conforme a necessidade da SADHPD, comunicando previamente a fornecedora/credenciada sobre sua alteração.
- 9.4.3.2.** O quantitativo máximo de refeições poderá ser alterado pela Administração.
- 9.4.4.** Visando a manutenção da qualidade, da regularidade e da segurança alimentar das refeições, a SADHPD poderá estabelecer cardápios de referência, de modo que os credenciados deverão utilizá-los como parâmetro.
- 9.4.4.1.** A equipe técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência - SADHPD poderá elaborar, ao menos, 30 (trinta) cardápios de referência.
- 9.4.4.2.** Cada estabelecimento comercial credenciado (restaurante), discricionariamente, adotará um dos cardápios de referência para o fornecimento das refeições.
- 9.4.4.3.** O CREDENCIADO poderá optar por qualquer cardápio de referência para qualquer dia de fornecimento, não estando vinculada à escolha previamente realizada, desde que respeite os cardápios de referência.
- 9.4.4.4.** Enquanto não elaborados os cardápios de referência, os CREDENCIADOS não estarão vinculados a qualquer cardápio.
- 9.4.4.5. O cardápio ofertado no bojo do Programa Cuiabá de Prato Cheio não poderá ser diferente daquele ofertado ordinariamente à população pelo estabelecimento comercial, de modo que o usuário será, para todos os efeitos, considerado consumidor médio.**
- 9.4.5.** Na impossibilidade da oferta, por motivo de desastres (naturais ou pela ação humana), de algum gênero alimentício que faça parte da refeição, o fornecedor se comprometerá a fazer a substituição do mesmo por um gênero alimentício do mesmo grupo alimentar, preservando o valor acordado no contrato;

- 9.4.6.** A Empresa deverá entregar a nota fiscal da refeição ao usuário no momento do pagamento.
- 9.4.6.1.** A Nota Fiscal descrita refere-se à contrapartida paga pelo usuário.
- 9.4.7.** A CREDENCIADA deverá exigir documento oficial com foto para a comprovação da identidade do usuário, conferindo com a descrita no “voucher”.
- 9.5.** A CREDENCIADA está sujeita a constante fiscalização contratual, sendo que na utilização de gêneros alimentícios do tipo alimentos proteicos deverão ser entregues frescos, de primeira qualidade.
- 9.5.1.** De acordo com a Lei n.º 8.137, de 27 de dezembro de 1990: *“é configurado como crime misturar gêneros de qualidade desiguais para vendê-los ou expô-los à venda por preço estabelecido para os de mais alto custo ou entregar materiais impróprios ao consumo”* (artigo 7º, incisos III e IX). Esta norma também é válida para produtos cuja não conformidade seja detectada posteriormente à entrega, no momento do uso, por exemplo.
- 9.6.** Para produtos de origem animal, quando solicitado pelo fiscal, o fornecedor deverá apresentar as devidas certificações e registros, na conformidade com a legislação de alimentos, estabelecida pela ANVISA, MS e MAPA, nos termos do Art. 33 da Resolução/CD/FNDE n.º 26, de 17 de junho de 2013.
- 9.6.1.** As comprovações acima especificadas poderão ser realizadas mediante a nota fiscal de aquisição dos produtos com a apresentação das embalagens, além da amostragem de estoque que contenha produtos semelhantes e fechados em suas embalagens originais.
- 9.7.** Reforça-se ainda que é de responsabilidade do fornecedor:
- 9.7.1.** A garantia pela qualidade físico-química e sanitária dos produtos apresentados;
- 9.7.2.** A rotulagem com informações em conformidade com a legislação em vigor, inclusive a nutricional, quando for o caso;
- 9.7.3.** A comprovação, junto às autoridades sanitárias, de instalações compatíveis com o produto que o licitante se propõe a fornecer.
- 9.7.4.** As especificações e critérios técnicos particulares de cada produto são complementares às normas gerais aqui explicitadas.
- 9.7.5.** Uma vez não realizadas as correções necessárias, serão emitidas notificações e o fornecedor sofrerá as sanções cabíveis, conforme presentes no Termo de Referência, ao não corresponder à responsabilidade, única, integral e exclusiva no que concerne à execução do objeto deste processo licitatório.
- 9.8.** As refeições serão oferecidas na modalidade “para consumo no local” e “para viagem”.
- 9.9.** Cada CREDENCIADO ofertará no máximo 50 (cinquenta) refeições diárias.
- 9.9.1.** Ao menos 60% (sessenta por cento) das refeições deverão ser oferecidas na modalidade para “consumo no local”.
- 9.9.2.** A porcentagem aqui estipulada poderá ser aumentada ou diminuída a critério da Administração, levando-se em consideração as consequências e amplitude da Pandemia do Coronavírus SARS-COV-2.

9.9.3. O quantitativo máximo de refeições diárias poderá ser alterado pela Administração, sempre respeitada a igualdade entre todos os credenciados.

9.10. Não será aceito, em hipótese alguma, produto de baixa qualidade em desacordo com este Termo de Referência.

9.11. Todas as refeições devem possuir característica, tamanho, cores e sabores próprios, obrigando o CREDENCIADO a substituí-los em função de problemas de qualidade de qualquer natureza ou omissões verificadas no ato ou posterior a entrega.

9.12. Todos os produtos a serem adquiridos para preparo das refeições deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Ministério da Saúde (MS), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

9.13. As refeições do tipo “Para Viagem”, deverão ser entregues acondicionados em embalagens de isopor ou alumínio resistente, garantindo a preservação em relação à exposição, à temperatura, à sujeira, luz excessiva e umidade.

9.14. Caso a CREDENCIADA esteja impossibilitada de realizar atendimento em algum dia específico, seja qual for o motivo, deverá comunicar antecipadamente a equipe de fiscalização.

9.14.1. Recebida a comunicação, a Equipe de Fiscalização, juntamente com a Coordenadoria Técnica Administrativa e a Secretária Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência, decidirá sobre o remanejamento temporário dos usuários à CREDENCIADA mais próxima, com vistas à efetivamente fornecer a alimentação adequada aos usuários.

9.14.2. O quantitativo referente ao remanejamento descrito no item anterior não afetará o quantitativo máximo diário ou mensal estabelecido neste Termo de Referência.

9.14.3. Tão logo cesse a impossibilidade temporária, deverá ser reestabelecido o fluxo normal de usuários, com o devido acompanhamento da equipe de fiscalização, do CRAS e da Coordenadoria Técnica Administrativa da Pasta.

9.15. Todas as despesas relativas ao fornecimento das refeições correrão à custa exclusiva da CREDENCIADA.

9.16. Constatadas irregularidades na execução do objeto, a CONTRATANTE poderá:

9.16.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

9.16.2. Notificar a CREDENCIADA para a adoção das providências cabíveis à eliminação das irregularidades.

9.16.3. Descredenciar o estabelecimento, convocando e credenciando o próximo colocado, aplicando-se as penalidades cabíveis.

9.17. Só serão aceitos os fornecimentos de produtos e/ou serviços que estiverem de acordo com as especificações e quantitativos exigidos, estando sua aceitação condicionada à devida fiscalização dos agentes competentes.

10. DOS VALORES E FORMA DE COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS

10.1. A remuneração da modalidade “para viagem” será de R\$ 15,00 (quinze) reais,
considerando:

10.1.1. Subsídio da Prefeitura Municipal de Cuiabá no valor de R\$ 13,00 (treze reais);

10.1.2. Contrapartida do beneficiário no valor de R\$ 2,00 (dois reais).

10.2. A remuneração na modalidade “para consumo no local” será de R\$ 12,00 (doze reais),
considerando:

10.2.1. Subsídio da Prefeitura Municipal de Cuiabá no valor de R\$ 10,00 (dez reais);

10.2.2. Contrapartida do beneficiário no valor de R\$ 2,00 (dois reais).

A contrapartida do beneficiário será paga diretamente ao estabelecimento comercial, não havendo qualquer responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência - SADHPD sobre tal parcela.

O subsídio de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Cuiabá será pago nos termos deste Termo de Referência.

11. DOS DEVERES DA CONTRATADA

11.1. Assumir integral responsabilidade pelo fornecimento das refeições de acordo com o especificado no Termo de Referência, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida.

11.2. Fornecer os produtos sempre em rigorosa observância aos termos do Termo de Referência, bem como as cláusulas contratuais.

11.3. Iniciar a execução dentro de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da Emissão da Ordem de Fornecimento.

11.4. Deverão ser respeitadas todas as exigências específicas relativas aos alimentos, contidas neste termo de referência, inclusive no que tange ao transporte e armazenamento dos alimentos.

11.5. A CREDENCIADA deverá informar nome e contato telefônico do preposto responsável pela empresa.

11.5.1. Cada estabelecimento credenciado deverá possuir contato telefônico (fixo, celular e/ou WhatsApp/similar) do local de fornecimento das refeições.

11.6. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.

11.7. Submeter-se à fiscalização por parte do CONTRATANTE, acatando as determinações e especificações contidas neste Termo de Referência.

11.8. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.

11.9. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência - SADHPD, no tocante ao fornecimento da alimentação, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência.

11.10. Comunicar imediatamente a Secretaria qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência.

11.11. Fica vedada a alteração do local do restaurante sem prévia comunicação e consentimento da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência - SADHPD.

11.11.1. Caso ocorra a alteração de endereço, deve haver a reanálise dos critérios de classificação, de modo que, alterando-se a região de fornecimento (CRAS de referência), permanecerá automaticamente descredenciado o estabelecimento, convocando-se o mais bem colocado.

11.11.2. Inexistindo cadastro de reserva, poderá a Pasta aceitar a alteração de endereço, desde que não frustre os objetivos do Programa Cuiabá de Prato Cheio.

11.12. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes.

11.13. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a CREDENCIADA adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

11.14. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como, ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas pela Legislação vigente.

11.15. Acatar as orientações da Pasta, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

11.16. Caso seja detectada alguma falha no fornecimento, que esteja em desconformidade com este Termo de Referência, a CREDENCIADA deverá efetuar o reparo satisfatoriamente no prazo máximo de 02 (duas) horas, após a notificação, sem prejuízo das sanções previstas;

- 11.17.** Durante a Vigência do credenciamento, a CREDENCIADA deverá atender prontamente às requisições e especificações deste termo de referência, a partir da solicitação.
- 11.18.** Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.
- 11.19.** Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, os empregados da CREDENCIADA intentarem reclamações trabalhistas contra a Pasta.
- 11.20.** Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Termo de Referência.
- 11.21.** Realizar os serviços com pessoal, seus empregados, devidamente capacitados e registrados segundo as normas da Lei ou terceiros devidamente contratados e habilitados pela CONTRATADA.
- 11.22.** Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados à Secretaria ou a terceiros, por ação ou omissão no fornecimento do presente Termo de Referência.
- 11.23.** A CONTRATADA não poderá utilizar a marca e/ou o nome da Secretaria Municipal de Assistência Social Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência - SADHPD, em seu nome comercial, propagandas ou qualquer forma de vinculação a si, sem a prévia e expressa autorização da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência - SADHPD.
- 11.24.** A CREDENCIADA deverá controlar o quantitativo de refeições fornecidas diariamente e por mês, comunicando, imediatamente, quaisquer inconsistências relativas à valores alheios ao ordinário.
- 11.25.** Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

12. DOS DIREITOS E DEVERES DA CONTRATANTE

- 12.1.** Informar à CREDENCIADA e seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento para a execução do serviço credenciado.
- 12.2.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CREDENCIADA.
- 12.3.** Comunicar prontamente à CREDENCIADA toda e qualquer anormalidade verificada na vigência do credenciamento.
- 12.4.** Emitir e controlar o número de “vouchers/cartão” (saldo) por usuário.
- 12.5.** Notificar à CREDENCIADA toda e qualquer ocorrência relacionada à execução do serviço.
- 12.6.** Designar servidor ou comissão para realizar a fiscalização da prestação, da entrega e do acompanhamento da execução do serviço, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, tudo com base neste Termo de Referência.

12.7. Na hipótese de rejeição dos serviços, fazê-lo por escrito, informando a medida que julgar necessária à sua perfeita regularização.

12.8. Exercer a fiscalização dos serviços, na forma prevista na Lei n.º 8.666/93;

12.9. A Pasta compromete-se a:

12.9.1. Designar equipe de fiscalização, a quem compete, dentre outros, o dever de analisar as regras de negócios, as quantidades e valores a serem fornecidos de acordo com as disponibilidades orçamentárias/financeiras e as necessidades do órgão/entidade.

12.9.2. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CREDENCIADA, efetuando os pagamentos de acordo com este Termo de Referência.

12.9.3. Notificar, formal e tempestivamente, a CREDENCIADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento da contratação.

12.9.4. Notificar a CREDENCIADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

12.9.5. Fiscalizar a execução da presente contratação, conforme art. 67 da Lei Federal n.º 8.666/93.

12.10. Ao **Fiscal do Contrato**, designado oficialmente pelo Órgão/Entidade cabe, no mínimo:

12.10.1. Acompanhar o fornecimento das refeições nas CREDENCIADAS, bem como efetuar seu controle;

12.10.2. Prestar informações e esclarecimentos ao preposto da CREDENCIADA, sempre que for preciso;

12.10.3. Realizar o registro da ocorrência de atraso injustificado e ou, o não cumprimento dos prazos e datas de entregas;

12.10.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela CREDENCIADA;

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CREDENCIADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CREDENCIADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

12.11. Comunicar imediatamente à CREDENCIADA sobre irregularidades constatadas quando da inspeção dos serviços.

12.12. Fiscalizar a entrega dos serviços de acordo com a necessidade de da Secretaria em **quantidades** e especificidades dos produtos, conforme descritas, junto à Ordem de Fornecimento emitida pela Coordenadoria Administrativa.

13. DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1. O Município de Cuiabá, através da **Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência - SADHPD**, designará a Equipe de Fiscalização, que será responsável para exercer um rigoroso controle no serviço que foi proposto, comprovando a sua fiel execução, em especial quanto à qualidade.

13.2. A equipe descrita realizará **acompanhamento, fiscalização, conferência e avaliação da execução do presente objeto**, procedendo ao registro das ocorrências, falhas e/ou defeitos detectados e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, comunicando por escrito à autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CREDENCIADA.

13.3. DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DO CONTRATO:

13.3.1. Realizar conferências das notas fiscais atestadas pelo Fiscal do contrato, e posteriormente efetuar o pagamento,

13.3.2. Atentar aos valores a serem pagos, tomando cuidado para que os pagamentos não ultrapassem o valor do contrato,

13.3.3. Acompanhar e analisar os relatórios que por ventura venham a ser emitidos pelo Fiscal do contrato.

13.3.4. Havendo qualquer apontamento que acuse atraso ou descumprimento da aquisição/serviço, o Gestor deverá notificar a CREDENCIADA, solicitando justificativa e o cumprimento no prazo estabelecido pela Secretaria demandante.

13.3.5. Deverá lançar as informações que forem de sua responsabilidade no Sistema Informatizado de Controle de Contratos Municipal e quaisquer outras ao qual a Administração julgar necessárias e convenientes para o excelente andamento do contrato e que estiverem em conformidade com a Instrução Normativa n.º 06/2014.

13.4. DAS ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DO CONTRATO:

13.4.1. Orientar: estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do contrato;

13.4.2. Fiscalizar: verificar o material utilizado e a forma de execução do objeto do contrato, confirmando o cumprimento das obrigações;

13.4.3. Interditar: paralisar a execução do contrato por estar em desacordo com o pactuado;

13.4.4. Intervir: assumir a execução do contrato;

13.4.5. Informar à Administração o cometimento de falhas e irregularidades detectadas pela CREDENCIADA que implique comprometimento da aquisição e/ou aplicação de penalidades previstas;

13.4.6. Noticiar os casos de afastamento em virtude de férias, licenças ou outros motivos, para que o substituto (suplente) possa assumir a gestão do contrato, evitando prejuízos, interrupções e suspensão das atividades de fiscalização.

13.4.7. Ter total conhecimento do contrato e suas cláusulas;

13.4.8. Solicitar a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, decisões e providências que ultrapassem a sua competência;

13.4.9. Zelar pelo bom relacionamento com a CREDENCIADA, mantendo um comportamento ético, probo e cortês;

13.4.10. Conferir os dados das faturas antes de atestá-las, promovendo as correções devidas e arquivando cópia junto aos demais documentos pertinentes;

13.4.11. Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, informando ao Gestor do Contrato aquelas que dependam de providências, com vistas à regularização das faltas ou defeitos observados;

13.4.12. Acompanhar e controlar, quando for o caso, as entregas e o estoque de materiais de reposição, destinados à execução do objeto contratado, principalmente quanto à sua quantidade e qualidade;

13.4.13. Formalizar, sempre, os entendimentos com a CREDENCIADA ou seu Preposto, adotando todas as medidas que permitam compatibilizar as obrigações bilaterais;

13.4.14. Avaliar constantemente a qualidade da execução contratual, propondo, sempre que cabíveis, medidas que visem reduzir gastos e racionalizar os serviços;

13.4.15. Observar rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes às suas atribuições, agindo com transparência no desempenho das suas atividades.

13.4.16. Conferir e atestar a Nota Fiscal emitida pela empresa CREDENCIADA, encaminhando-a diretamente a Coordenadoria Técnica Administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência - SADHPD, a fim de providenciar a Nota de Liquidação.

13.5. Caberá também à Equipe de Fiscalização outras obrigações existentes na legislação vigente (Lei n.º 8.666/93 e a IN SCL n.º 006/2014) ou nas venham a substituí-las.

13.6. Eventuais alterações dos integrantes da Equipe de Fiscalização deverão ser realizadas por meio de Portaria a ser publicada no Diário Oficial, dispensado o apostilamento.

13.7. Neste ato, fica nomeada a seguinte Equipe de Fiscalização:

Gestor da Contrato	EDJANE ARAÚJO DA SILVA - Cargo: Nutricionista, Matrícula: 4900209, RG: 2247744-6 SSP/MT, CPF: 034.838.341-09. e-mail: gsan.assistencia@cuiaba.mt.gov.br .
-------------------------------	---

Fiscal da Contrato	POLIANA ELIZA EUSTÁQUIO FARIA - Cargo: Nutricionista, Matrícula: 4899838, RG: 20480997 SSP/MT, CPF: 052.954.381-80. e-mail: gsan.assistencia@cuiaba.mt.gov.br .
Suplente do Fiscal	CRISTIANE MARIA DE MATTOS - Matrícula: 4904841, RG: 1071599-1 SSP/MT, CPF: 788.928.131-53. Cargo: Gerente de Atenção Básica, e-mail: christiane.mattos@hotmail.com .

14. DAS EXIGÊNCIAS HABILITATÓRIAS E FORMA DE SELEÇÃO			
Habilitação/Qualificação	Documento	Exigências	
		Sim	Não
Habilitação Jurídica	Art. 28 da Lei 8666/93	X	
Regularidade Fiscal e Trabalhista	Art. 29 da Lei 8666/93	X	
Qualificação Técnica	Art. 30 da Lei 8666/93	X	
Qualificação Econômico-Financeira	Art. 31 da Lei 8666/93	X	
Declarações Complementares	Conforme Exigências elencadas em Edital	X	
<p>14.1. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:</p> <p>14.1.1. Cédula de identidade, quando se tratar de empresa individual.</p> <p>14.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual.</p> <p>14.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.</p> <p>14.1.3.1. Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.</p> <p>14.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.</p> <p>14.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;</p> <p>14.1.6. CPF e RG do(s) representante(s) legal(is), com poderes de representação devidamente comprovados.</p> <p>14.2. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA</p> <p>14.2.1. Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) e no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);</p> <p>14.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1.751, de 02/10/2014), podendo ser retirada por meio dos sítios eletrônicos: www.receita.fazenda.gov.br ou www.pgfn.fazenda.gov.br;</p>			

14.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual - Certidão Negativa de Débito Fiscal (CND), expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio tributário da licitante, observando que no caso do Estado de Mato Grosso, deverá ser específica para participação em licitações públicas, sendo expedida pelo site: www.sefaz.mt.gov.br;

14.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal - Certidão quanto à Dívida Ativa do Município da sede da licitante, com validade na data de apresentação da proposta;

14.2.5. Certificado de Regularidade relativo à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais com validade na data de apresentação da proposta, onde poderá ser retirada no Site: www.caixa.gov.br;

14.2.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;

14.3. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

14.3.1. As licitantes deverão anexar no Envelope de Habilitação (**Documentos de Habilitação**), **declarações**, devidamente assinadas pelo representante legal da empresa, sob as penalidades cabíveis, de que:

14.3.1.1. Declara inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, §2º, da Lei 8.666/93 - ANEXO I;

14.3.1.2. Declara que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei 8666/93 - ANEXO II;

14.3.1.3. Declara que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos ou dirigente do Município de Cuiabá/MT, exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão (inciso III do art. 9º da Lei 8666/93) - ANEXO III;

14.3.1.4. Assume inteira responsabilidade pela perfeita execução do objeto dessa licitação, que tem pleno conhecimento das condições estabelecidas, está de acordo com todas as cláusulas, itens e condições do presente Edital e atende todas as normas aplicáveis ao objeto. Não podendo em qualquer hipótese, invocar circunstância alguma, como elemento eventualmente impeditivos do perfeito cumprimento das obrigações - ANEXO IV.

14.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

14.4.1. A empresa licitante deverá possuir em seu objeto social/CNAE fiscal atividade compatível com preparo e fornecimento de refeições;

14.4.2. A empresa licitante deverá apresentar Alvará de localização e Funcionamento da Empresa com finalidade compatível para preparo e fornecimento de refeições;

14.4.3. A empresa licitante deverá apresentar Alvará/Licença da Vigilância Sanitária;

14.4.4. Não serão exigidos atestados de capacidade técnica por serem incompatíveis com a finalidade perseguida de pulverizar para restaurantes diversos o fornecimento de alimentação.

14.5. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM REGIME DE CONSÓRCIO:

14.5.1. Fica vedada a participação de empresas em regime de consórcio.

14.5.2. São razões para a vedação estipulada no subitem anterior:

14.5.2.1. O objeto licitado não envolve questões de alta complexidade;

14.5.2.2. Existem diversas empresas no próprio município de Cuiabá que possuem condições de suprir todos os requisitos deste Termo de Referência;

14.5.2.3. A vedação à participação de consórcios não inibe, nem diminui a competitividade;

14.5.2.4. A admissão de consórcio poderia implicar em prejuízo à fiscalização e execução do contrato;

14.5.2.5. Um dos objetivos do presente programa é pulverizar o atendimento alimentar aos mais diversos restaurantes da Capital, de modo que a formação de consórcios poderia inibir o alcance da política pública.

14.6. DA FORMA DE SELEÇÃO:

14.6.1. Conforme objetivos pretendidos pelo Programa, o Município de Cuiabá será subdividido por regiões, identificadas pelos respectivos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, a saber:

14.6.1.1. CRAS REGIONAL SUL

14.6.1.1.1. CRAS PEDRA 90;

14.6.1.1.2. CRAS TIJUCAL;

14.6.1.1.3. CRAS OSMAR CABRAL;

14.6.1.1.4. CRAS GETÚLIO VARGAS (BAIRRO ITAPAJÉ);

14.6.1.1.5. CRAS - NOVA ESPERANÇA.

14.6.1.2. CRAS REGIONAL NORTE

14.6.1.2.1. CRAS CPA;

14.6.1.2.2. CRAS JD. UNIÃO.

14.6.1.3. CRAS REGIONAL OESTE

14.6.1.3.1. CRAS JD ARAÇÁ;

14.6.1.3.2. CRAS NOVO COLORADO.

14.6.1.4. CRAS REGIONAL LESTE

- 14.6.1.4.1.** CRAS PEDREGAL;
- 14.6.1.4.2.** CRAS DR. FÁBIO;
- 14.6.1.4.3.** CRAS DOM AQUINO;
- 14.6.1.4.4.** CRAS PRAEIRO;
- 14.6.1.4.5.** CRAS PLANALTO.

14.6.2. O licitante interessado em se credenciar deverá possuir estabelecimento em imóvel localizado em **um raio de até (máximo) 03 km (três quilômetros) do Centro de Referência** respectivo.

14.6.2.1. A distância descrita no presente item será auferida por meio da aposição no mapa em linha reta, do CRAS até o restaurante licitante.

14.6.2.2. A localização dos CRAS está descrita no Anexo V deste Termo de Referência.

14.6.3. Estima-se o credenciamento de **20 (vinte) restaurantes** nas regiões conforme tabela abaixo:

Ord.	CRAS	QTD RESTAURANTES
1	CRAS REGIONAL SUL - PEDRA 90	2
2	CRAS REGIONAL SUL - TIJUCAL	1
3	CRAS REGIONAL SUL - OSMAR CABRAL	2
4	CRAS REGIONAL SUL - GETÚLIO VARGAS (ITAPAJÉ)	2
5	CRAS REGIONAL SUL - NOVA ESPERANÇA	2
6	CRAS REGIONAL NORTE - CPA	1
7	CRAS REGIONAL NORTE - JD. UNIÃO	1
8	CRAS REGIONAL OESTE - JD ARAÇÁ	1
9	CRAS REGIONAL OESTE - NOVO COLORADO	1
10	CRAS REGIONAL LESTE - PEDREGAL	3
11	CRAS REGIONAL LESTE - DR. FÁBIO	1
12	CRAS REGIONAL LESTE - DOM AQUINO	1
13	CRAS REGIONAL LESTE - PRAEIRO	1
14	CRAS REGIONAL LESTE - PLANALTO	1
TOTAL		20

14.7. DA FORMA DE CREDENCIAMENTO

14.7.1. A seleção dos restaurantes aptos ao credenciamento far-se-á por meio da ordem cronológica de protocolo do pedido;

14.7.2. Os pedidos somente serão aceitos mediante a apresentação da integralidade da documentação relativa à habilitação.

14.7.3. A ordem cronológica será aferida por meio do protocolo realizado junto à Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Cuiabá, atualmente localizada no 5º andar do Palácio Alencastro.

14.7.4. Os protocolos realizados após o quantitativo máximo por região serão alocados no Cadastro de Reserva.

14.8. DO CADASTRO DE RESERVA:

14.8.1. Os restaurantes não selecionados dentro do número de vagas previamente existentes serão relacionados no Cadastro de Reserva do Programa Cuiabá de Prato Cheio.

14.8.2. Todos os retardatários serão ordenados por ordem cronológica de apresentação de documentos, classificando-se ao final da fila da sua região específica.

14.8.2.1. A ordem cronológica será aferida por meio do protocolo realizado junto à Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Cuiabá, atualmente localizada no 5º andar do Palácio Alencastro.

14.9. A Administração poderá ampliar o quantitativo de restaurantes por região, convocando as licitantes classificadas, respeitando-se a classificação do Cadastro de Reserva.

14.10. Para cada usuário do benefício, será disponibilizado “voucher/cartão” com a quantidade de refeições a serem usufruídas dentro do mês.

14.11. O usuário, de posse do “voucher/cartão”, se deslocará até o estabelecimento credenciado para retirada da refeição (para viagem) ou para consumo no local.

14.11.1. O “voucher/cartão” será de discricionariedade da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência - SADHPD, podendo utilizar todo e qualquer meio idôneo de distribuição aos usuários.

14.11.2. Em caso de fornecimento por meio de “voucher”, o restaurante CREDENCIADO deverá reter uma via de cada usuário, de modo a comprovar a sua utilização, apresentando-a quando da emissão da fatura/nota fiscal ao fiscal do contrato.

14.11.3. Todas as vias retidas e apresentadas ao fiscal do contrato serão conferidas, verificando sua autenticidade e eventuais duplicidades, responsabilizando-se os responsáveis por quaisquer danos ao erário.

14.12. O Município de Cuiabá repassará na forma de subsídio, um máximo equivalente ao limite de 50 (cinquenta) refeições diárias por restaurante credenciado.

14.13. Caso o credenciado ultrapasse essa quantidade de fornecimento de refeições diárias, o mesmo não será reembolsado, salvo se houver prévia solicitação e autorização da Administração.

14.14. DA VISTORIA HABILITATÓRIA

14.14.1. Após a apresentação da documentação descrita nos itens antecedentes, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência -

SADHPD realizará visita in loco para a aferição da compatibilidade do estabelecimento com os termos descritos neste Termo de Referência.

14.14.2. O estabelecimento considerado inapto terá o prazo de 3 (três) dias úteis para sanar a irregularidade.

14.14.3. Não sanada a irregularidade, ou sendo ela insanável, o Restaurante não será credenciado.

14.14.4. Não sendo credenciado o Restaurante, será convocado o próximo da fila de espera para o mesmo procedimento.

14.14.5. A Vistoria Habilitatória é indispensável para o início das atividades no Programa Cuiabá de Prato Cheio.

15. DO CUSTO ESTIMADO

15.1. O valor estimado da despesa corresponde à **monta mensal de R\$ 291.200,00 (duzentos e noventa e um mil e duzentos reais)**, assim distribuídos:

15.1.1. Consumo para viagem: R\$ 135.200,00/mês;

15.1.2. Consumo no local: R\$ 156.000,00/mês.

15.2. O valor total da despesa para 12 (doze) meses, está estimado em R\$ 3.494.400,00 (três milhões quatrocentos e noventa e quatro mil e quatrocentos reais).

16. DA NOTA FISCAL/FATURA E DOCUMENTOS QUE A ACOMPANHAM

A Nota Fiscal deverá ser emitida em duas vias somente após o recebimento da Nota de Empenho e deverá conter as seguintes discriminações:

16.1.1. Razão Social;

16.1.2. Número da Nota Fiscal/Fatura;

16.1.3. Data de emissão;

16.1.4. Nome da Secretaria Solicitante;

16.1.5. Descrição do material e/ou serviço;

16.1.6. Quantidade, preço unitário, preço total;

16.1.7. Dados Bancários (nome e número do banco, número da agência, número da conta corrente);

16.1.8. Número do Contrato;

16.1.9. Número da Nota de Empenho;

16.1.10. Não deverá possuir rasuras.

A CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal relativa ao fornecimento de refeição (ICMS), com a discriminação dos impostos incidentes.

A Nota Fiscal deverá ser emitida no valor subsidiado pela Prefeitura Municipal de Cuiabá/MT.

A Nota Fiscal deverá ser acompanhada dos comprovantes de fornecimento, a saber:

Guia de encaminhamento de uma das unidades ou da sede;

Assinatura do usuário, atestando que consumiu a refeição;
Outros comprovantes exigidos previamente pela SADHPD.

A Nota Fiscal deverá ser apresentada ao Fiscal do Contrato, responsável pelo recebimento do bem/serviço.

- 16.1.11.** O Fiscal registrará a data de apresentação da Nota Fiscal nos autos do processo;
- 16.1.12.** Constatado qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida à CREDENCIADA para as devidas correções;
- 16.1.13.** Toda e qualquer devolução será acompanhada das razões que motivaram a sua rejeição.
- 16.1.14.** Os prazos fixados para pagamento correrão da data do recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente corrigida.

Constatada a sua regularidade, o Fiscal do Contrato encaminhará a Nota Fiscal para a Coordenadoria Técnica Administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência - SADHPD.

- 16.1.15.** A SADHPD situa-se no seguinte endereço: Avenida das Torres n.º 743, Bairro Jardim Renascer - Cuiabá/MT.

Deverá, obrigatoriamente, fazer acompanhar da Nota Fiscal/Fatura, todas as certidões de regularidade fiscal, devidamente válidas:

- 16.1.16.** Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- 16.1.17.** Certidão Negativa de Débito Fiscal (CND), expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio tributário da licitante, observando que no caso do Estado de Mato Grosso, deverá ser específica para participação em licitações públicas;
- 16.1.18.** Certidão quanto à Dívida Ativa do Município da sede da licitante;
- 16.1.19.** Certificado de Regularidade relativo à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- 16.1.20.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

17. DO PAGAMENTO

- 17.1.** Para que se proceda efetivamente o pagamento, a CREDENCIADA deverá fazer acompanhar da Nota Fiscal/Fatura, obrigatoriamente, todas as certidões de regularidade fiscal, já citadas anteriormente, devidamente vigentes.
- 17.2.** A CREDENCIADA deverá apresentar a nota fiscal, a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao mês que em ocorreu o fornecimento, que consignará valores em reais e discriminará o mês em que o fornecimento ocorreu.
- 17.3.** A CREDENCIADA deverá manter, durante toda a vigência contratual, a plena regularidade fiscal, exigida em Lei.

- 17.4.** Caso a CREDENCIADA não apresente a efetiva documentação necessária, dentro do prazo legal, o recebimento ficará prejudicado, podendo ser suspenso ou interrompido, independentemente das penalidades legais aplicáveis ao fato, até que a empresa regularize a situação, não ocorrendo qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 17.5.** A Nota Fiscal/Fatura deverá ser devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, antes da sua efetiva liquidação.
- 17.6.** O atesto será expedido pelo responsável do setor/departamento competente da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência - SADHPD, que somente o fará após a constatação do cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Contrato, bem como, se for o caso, informar as ocorrências para aplicação das sanções previstas no edital.
- 17.7.** O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a liquidação da Nota Fiscal/Fatura.
- 17.7.1.** Caso os serviços sejam recusados ou a correspondente Nota Fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do fornecimento ou do documento fiscal, a depender do evento.
- 17.8.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta à CREDENCIADA em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.
- 17.9.** A CONTRATANTE não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.
- 17.10.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da CREDENCIADA.
- 17.11.** O pagamento dar-se-á por intermédio de Nota de Ordem Bancária (NOB), em moeda corrente nacional e obedecendo a ordem cronológica, nos termos do art. 5º da Lei n.º 8.666/93.
- 17.12.** O pagamento não será considerado como aceitação definitiva do fornecimento e não isentará a CREDENCIADA das suas responsabilidades e obrigações, quaisquer que sejam.
- 17.13.** O pagamento será retido ou glosado, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando:
- 17.13.1.** A CREDENCIADA não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades CREDENCIADAS, nos termos deste Termo de Referência;
- 17.13.2.** Se, por qualquer motivo alheio à vontade da CONTRATANTE, for paralisado o fornecimento, sendo que o período correspondente não gerará obrigação de pagamento;
- 17.14.** Não será devido qualquer pagamento caso não haja consumo pelos usuários, não gerando, o credenciamento, direito adquirido ao mínimo de refeições.
- 17.15.** A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas, inclusive aquelas em processo de apuração, ou indenizações, devidas pela CREDENCIADA, nos termos deste termo;

17.16. Havendo litígio judicial, a CONTRATANTE reserva-se no direito de efetuar a retenção do montante descrito no valor da causa, mormente às demandas oriundas da Justiça do Trabalho;

17.16.1. O montante descrito no subitem anterior será depositado judicialmente perante a vara competente para processamento, perfazendo-se, tal depósito, como quitação do montante devido à CREDENCIADA;

17.16.2. O valor a ser retido poderá ser superior, a critério e análise da Administração quanto aos riscos jurídicos e reais possibilidades de perdas processuais.

17.17. Os pagamentos estarão sujeitos à retenção na fonte dos tributos, de acordo com a legislação vigente.

17.18. O pagamento do fornecimento estará condicionado, ainda, à apresentação da Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado pela CONTRATANTE, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei n.º 8.666/93.

18. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO E DO CONTRATO

18.1. DO PRAZO DO CREDENCIAMENTO:

18.1.1. O credenciamento ficará aberto pelo prazo de 12 (doze) meses a partir da publicação do Chamamento Público.

18.2. DA HABILITAÇÃO

18.2.1. Os envelopes serão entregues na Secretaria-Adjunta Especial de Licitações e Contratos - SAELC para tanto para o Credenciamento inicial, quanto para os retardatários.

18.3. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

18.3.1. O contrato terá o período de vigência de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses na forma do inciso II do art. 57 da Lei n.º 8.666/93, desde que justificado por escrito e autorizado pela autoridade competente.

19. DAS SANÇÕES/PENALIDADES

19.1. Nos termos da Lei n.º 10.520/2002, comete infração administrativa a CREDENCIADA que:

19.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

19.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

19.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou

19.1.5. Cometer fraude fiscal.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CREDENCIADA as seguintes sanções:

19.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

19.2.2. Multa de:

19.2.2.1. 20% (Vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho, em caso de descumprimento total da obrigação;

19.2.2.2. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 15º (décimo quinto) dia de atraso, sobre o valor total da parte do serviço/fornecimento não realizado;

19.2.2.3. 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso subsequente ao 15º (décimo quinto), sobre o valor da parte do serviço/fornecimento não realizado, até o 30º (trigésimo);

19.2.2.4. 0,7% (sete décimos por cento) por dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor da parte do serviço/fornecimento não realizado, desde que não configurado a inexecução total.

19.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) sobre o valor total da contratação devidamente atualizado, por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), na hipótese de recusa injustificada da CREDENCIADA em apresentar a garantia, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da assinatura do Contrato e/ou recompor o valor da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após regularmente notificada;

19.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

19.2.3.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar, prevista neste subitem, também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no primeiro subitem desta seção deste Termo de Referência.

19.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CREDENCIADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

19.3. As sanções previstas acima descritas poderão ser aplicadas à CREDENCIADA juntamente com as de multa.

19.4. Também ficam sujeitas às penalidades dos incisos III e IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, as empresas ou profissionais que:

19.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CREDENCIADA, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93 e as normativas correlatas do Município de Cuiabá/MT.

19.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

19.6.1. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846/13, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo, necessárias à apuração da responsabilidade da empresa, deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20. DO DESCRENCIAMENTO

20.1. É vedado o descredenciamento antes de transcorridos 12 (doze) meses da assinatura contratual.

20.2. Havendo o descredenciamento antes de transcorrido o prazo acima especificado, incorrerá a CREDENCIADA nas penalidades descritas no item “DAS SANÇÕES/PENALIDADES” relativas à inexecução total do contrato.

20.3. A Administração poderá, a seu critério, descredenciar o Restaurante sem penalidades.

20.4. A Administração poderá descredenciar o Restaurante caso verifique a perda dos requisitos essenciais para a manutenção do credenciamento, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente instrumento para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração.

21.2. A CREDENCIADA não poderá subcontratar o objeto da presente licitação.

21.2.1. Aquele que não executar diretamente os serviços ao qual se credenciou será descredenciado, mediante processo administrativo que garanta o contraditório e a ampla defesa.

21.3. A CREDENCIADA se responsabiliza integralmente pelos produtos servidos aos usuários, respondendo na forma descrita no Código de Defesa do Consumidor, sem qualquer ônus para a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência - SADHPD.

21.4. A CREDENCIADA deverá manter afixado em local externo e visível adesivo, banner, placa ou outro meio/adereço que demonstre o credenciamento realizado.

21.4.1. O adereço será fornecido pela Prefeitura.

22. DECLARAÇÃO

Atesto para os devidos fins que as informações constantes no presente Termo são verídicas, sob as penas da lei, e de minha inteira responsabilidade.

Elaborado por:

Angélica da Silva Martins

Coordenadora Técnica Administrativa - SADHPD

CPF: 024.379.031-78

(65)3645-6821 - E-mail: da.assistencia@cuiaba.mt.gov.br

23. DA AUTORIZAÇÃO

Analisado e aprovado o presente Termo de Referência n.º 028/2022/SADHPD, e diante do processo administrativo, AUTORIZO os procedimentos legais para realização do Certame Licitatório para fins de Chamamento Público/Credenciamento, cujos atos e contratação devem obediência à legislação vigente.

Cuiabá-MT, 23 de junho de 2022.

Hellen J. Ferreira de Jesus

Secretária Municipal de Assistência Social,

Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência - SADHPD



ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

DECLARAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO

A empresa _____
devidamente inscrita no CNPJ de n.º _____, com sede
à _____
_____, neste ato
representada por _____, devidamente inscrito
no CPF de n.º _____, DECLARA, para todos os fins,
especialmente o de habilitação no Chamamento Público n.º _____, que
inexiste fato superveniente impeditivo de habilitação, nos termos do §2º do art. 32 da Lei Federal
n.º 8.666/93.

Cuiabá/MT, ____ de _____ de 20 ____.

REPRESENTANTE LEGAL
EMPRESA



ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA

DECLARAÇÃO - NÃO EMPREGA MENORES EM TRABALHO PROIBIDO

A empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ de n.º _____, DECLARA para todos os fins que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, nos exatos termos do inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, de modo que não emprega:

- i. Menores de quatorze anos;
- ii. Menores de dezesseis anos e maiores de quatorze anos, exceto na condição de aprendiz;
- iii. Menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Cuiabá/MT, _____ de _____ de 20____.

EMPRESA



ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA

DECLARAÇÃO - NÃO EMPREGA FUNCIONÁRIO PÚBLICO

A empresa _____
devidamente inscrita no CNPJ de n.º _____, com sede
à _____
_____, neste ato
representada por _____, devidamente inscrito
no CPF de n.º _____, DECLARA, para todos os fins,
especialmente o de habilitação no Chamamento Público n.º _____, que
**não existe em seu quadro de empregados servidor público ou dirigente do Município de
Cuiabá/MT, exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, nos termos do
inciso III do art. 9º da Lei Federal n.º 8.666/93.**

Cuiabá/MT, _____ de _____ de 20____.

REPRESENTANTE LEGAL
EMPRESA



ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA

DECLARAÇÃO - PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES EDITALÍCIAS

A empresa _____
devidamente inscrita no CNPJ de n.º _____, com sede
à _____
_____, neste ato
representada por _____, devidamente inscrito
no CPF de n.º _____, DECLARA, para todos os fins,
especialmente o de habilitação no Chamamento Público n.º _____, que
**tem pleno conhecimento das condições estabelecidas, está de acordo com todas as cláusulas,
itens e condições do presente Edital e atende todas as normas aplicáveis ao objeto.**

Cuiabá/MT, ____ de _____ de 20 ____.

REPRESENTANTE LEGAL
EMPRESA

ANEXO V DO TERMO DE REFERÊNCIA	
ENDEREÇOS DOS CRA'S	
CRAS TIJUCAL	Av. Espigão. s/n.º - Bairro: Tijucal.
CRAS PLANALTO	Rua: Atlas, s/n.º - Bairro: Planalto.
CRAS ARAÇA	Rua: J, s/n.º - Esquina com a Rua: C - Bairro: Jardim Araçá.
CRAS JD UNIÃO	Rua: dos Trabalhadores, s/n.º - Bairro: Jardim União.
CRAS PEDRA 90	Av. Nilton Rabelo de Castro, s/n.º - Bairro: Pedra 90.
CRAS PEDREGAL	Rua: Manaíra, s/n.º - Bairro: Pedregal.
CRAS DOM AQUINO	Rua: Irmã Elvira Paris, s/n.º - Bairro: Dom Aquino.
CRAS GETÚLIO VARGAS	Rua: S, s/n.º - Esquina com a Av. Principal - Bairro: Getúlio Vargas.
CRAS NOVA ESPERANÇA	Rua: J, s/n.º - Próximo à Escola Jesus Criança - Bairro: Parque Nova Esperança I.
CRAS PRAEIRO	Rua: Mato Grosso, s/n.º - Centro Comunitário do Bairro - Bairro: Praeiro.
CRAS CPA	Rua: Sessenta e Sete, n.º 47 - Quadra: 09 - Bairro: CPA III - Setor I.
CRAS NOVO COLORADO	Rua: Antônio Gonçalves da Silva, n.º 02 - Quadra: B - Bairro: Jardim Novo Colorado.
CRAS OSMAR CABRAL	Av. Carlos Ador de Souza, n.º 652 - Bairro: São João Del Rey.
CRAS DR. FÁBIO	Rua: Várzea Grande, n.º 437 - Atrás do Posto de Saúde - Bairro: Dr. Fábio I.

ANEXO II – FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO**(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)****A****SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - SADHPD****Ref: EDITAL DE LICITAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº ____/2022/PMC**

____ (NOME DA EMPRESA), CNPJ _____, com sede na _____, bairro _____, cidade de _____, estado de _____, CEP _____, Telefone _____, através de seu representante legal infra assinado, encaminha documentação para o **Credenciamento de estabelecimentos comerciais (restaurantes) para o fornecimento de refeições nutricionalmente adequadas à população em vulnerabilidade no Município de Cuiabá, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência**, que ocorrerá no dia ____ de ____ de 2022.

1. DADOS DO INTERESSADO:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

UF:

Cidade:

CEP:

Telefone:

E-mail:

1.1 – Responsável(is) Legal(is):

Nome:

Cargo:

CPF:

1.2 Validade da Proposta: _____

1.2.1 O interessado reconhece que o(s) representante(s) legal(is) acima referido(s) possui(em) plenos poderes de representação, assumindo, para todos os fins legais, quaisquer responsabilidades decorrentes da assinatura desse Requerimento.

1.2.2 O interessado declara que está ciente das obrigações/deveres, conforme previsão no Edital.

2. Por oportuno declara que:

2.1 Todos os documentos solicitados no edital, encontram-se anexos a este formulário.

2.2 Tomou conhecimento das instruções que regem o Edital, Termo de Referência e demais anexos, cumprindo integralmente suas determinações.

2.3 O interessado declara que responderá na forma da lei, a qualquer tempo, pela veracidade das informações e dos documentos apresentados.

Local, _____ de _____ de 2022.

Assinatura devidamente identificada do(s) representante(s) legal(is)
(Apontado o contrato social ou procuração com poderes específicos)

ANEXO III - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - SADHPD****REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº ---/2022/PMC**

Indicamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da cédula de identidade RG nº. _____, órgão expedidor _____ e do CPF/MF Nº. _____ como nosso representante legal no Credenciamento, podendo rubricar a documentação de **HABILITAÇÃO**, manifestar, prestar todos os esclarecimentos à nossa Proposta, interpor recursos, desistir de prazos e recursos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente Credenciamento.

Informações Importantes:

CNPJ/MF nº. _____

Inscrição Estadual nº. _____

Razão Social: _____

Nome de Fantasia: _____

Cidade/UF, ____ de _____ de 2022.

Atenciosamente,

Assinatura do representante legal sob carimbo**RG:****CPF/MF:****CNPJ/MF da empresa**

ANEXO IV - DECLARAÇÃO

_____ (NOME DA EMPRESA), CNPJ _____, com sede na _____, bairro _____, cidade de _____, estado de _____, CEP _____, Telefone _____, através de seu representante legal infra assinado, DECLARA, sob penas da lei, que:

- a) Não possui, em seu quadro de pessoal, empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e Inciso V, art. 27, da Lei 8.666/93, com redação determinada pela Lei nº. 9.854/1999.
- b) Tem pleno conhecimento das condições estabelecidas, está de acordo com todas as cláusulas, itens e condições do Edital e atende todas as normas aplicáveis ao objeto.
- c) Da inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação e, ainda, de que não está impedida de participar de licitação em qualquer Órgão ou Entidade da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, e ciência da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, (art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93).
- d) Não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- e) Não existe em seu quadro de empregados servidor público ou dirigente do Município de Cuiabá/MT, exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, nos termos do inciso III do art. 9º da Lei Federal n.º 8.666/93.

Cidade/UF, ____ de _____ de 2022.

Assinatura do representante legal sob carimbo

RG:

CPF/MF:

CNPJ/MF da empresa

ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. ____/2022/PMC
ORIGEM: CHAMAMENTO PÚBLICO Nº ____/2022/PMC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49.229/2022

*CONTRATO QUE ENTRE SI FIRMAM O MUNICÍPIO DE CUIABÁ,
por meio DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,
DIREITOS HUMANOS E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - SADHPD
E A EMPRESA _____.*

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e ____, as partes a seguir identificadas, de um lado, o **MUNICÍPIO DE CUIABÁ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 03.533.064/0001-46, com sede na Praça Alencastro, 158 – Bairro Centro - na cidade de Cuiabá/MT, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - SADHPD**, neste ato representado por seu Secretário(a), **Sr(ª).** _____, portador da Carteira de Identidade RG nº XXXX SSP/XXX e CPF/MF sob o nº XXXXXXXXXX, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa: _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____, CEP _____ - telefone.: (xx) ____ - ____ Município de Cuiabá/MT, neste ato representada por seu representante legal Sr.(a) _____, portador da Cédula de Identidade RG nº _____ SSP/____ e CPF/MT sob o nº. _____, doravante denominada **CONTRATADA**, contrato este, decorrente do **Processo Administrativo nº 49.229/2022, CHAMAMENTO PÚBLICO Nº ____/2022/PMC**, tem entre si justo e avençado o presente instrumento, mediante as cláusulas e condições a seguir definidas:

1 CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Chamamento Público para o Credenciamento de estabelecimentos comerciais (restaurantes) para o fornecimento de refeições nutricionalmente adequadas à população em vulnerabilidade no Município de Cuiabá, conforme especificações e condições descritas neste Termo de Referência.

2 CLÁUSULA SEGUNDA - DO AMPARO LEGAL E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO

2.1 A lavratura do presente contrato decorre da realização da CHAMAMENTO PÚBLICO Nº ____/2022/PMC, realizado com fundamento na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

2.2 A execução do presente contrato e aos casos omissos aplicam-se as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais normas pertinentes.

3 CLÁUSULA TERCEIRA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

3.1 Constituem partes integrantes deste contrato, estando a ele vinculado, como se neste estivessem transcritos, os seguintes documentos, cujo teor as partes declaram ter pleno conhecimento:

- Proposta;
- Edital de Chamamento Público nº. ____/2022/PMC e seus Anexos

3.2 Os documentos referidos no presente Cláusula são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua intenção e, desta forma, reger sua execução dentro do mais alto padrão da técnica atual.

4 CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DO CONTRATO

4.1 O contrato terá o período de vigência de **12 (doze) meses** a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses na forma do inciso II do Artigo 57 da Lei n.º 8.666/93, desde que justificado por escrito e autorizado pela autoridade competente.

4.2 É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente instrumento para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração.

4.3 Aquele que não executar diretamente os serviços ao qual se credenciou será descredenciado, mediante processo administrativo que garanta o contraditório e a ampla defesa.

4.4 A divulgação do extrato do contrato ocorrerá por publicação no Diário da Gazeta Municipal de Cuiabá no endereço eletrônico <http://www.gazetamunicipal.cuiaba.mt.gov.br/>.

5 CLÁUSULA QUINTA – DAS ESPECIFICAÇÕES

5.1 As refeições serão distribuídas em quantitativo de 26.000 (vinte e seis mil) refeições mensais, divididas por 20 (vinte) estabelecimentos credenciados, destinadas aos beneficiários inscritos no CadÚnico do Governo Federal e previamente cadastrados junto a um Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

5.2 A oferta pelos credenciados deverá respeitar o limite de 1.000 (mil) refeições diárias, contabilizando 26 (vinte e seis) dias, considerando o limite total de 26.000 (vinte e seis mil) refeições mensalmente por estabelecimento;

5.3 A execução dos serviços pelos estabelecimentos credenciados se dará de segunda-feira a sábado, com horário para distribuição das refeições das 11h às 14h, exceto em feriados.

5.4 O Prazo e Horário de entrega deverá ser respeitado, sendo:

5.4.1 Início do fornecimento em 05 (cinco) dias corridos contados a partir da Emissão da Ordem de Fornecimento;

5.4.2 Entregas das 11h00 às 14h00, com tolerância máxima de trinta minutos (horário máximo de entrega 14:30h);

5.4.3 A oferta pelos credenciados deverá respeitar o limite de 1.000 (mil) refeições diariamente, contabilizando 26 (vinte e seis) dias, considerando o limite total de 26.000 (vinte e seis mil) refeições mensalmente por estabelecimento;

5.4.3.1 O cronograma apresentado é referencial, podendo ser alterado conforme a necessidade da SADHPD, comunicando previamente a fornecedora/credenciada sobre sua alteração.

5.4.4 Visando a manutenção da qualidade, da regularidade e da segurança alimentar das refeições, a SADHPD poderá estabelecer cardápios de referência, de modo que os credenciados deverão utilizá-los como parâmetro.

5.4.4.1 A equipe técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência elaborará, ao menos, 30 (trinta) cardápios de referência.

5.4.4.2 Cada estabelecimento comercial credenciado (restaurante), discricionariamente, adotará um dos cardápios de referência para o fornecimento das refeições.

5.4.4.3 O CREDENCIADO poderá optar por qualquer cardápio de referência para qualquer dia de fornecimento, não estando vinculada à escolha previamente realizada, desde que respeite os cardápios de referência.

5.4.4.4 Enquanto não elaborados os cardápios de referência, os CREDENCIADOS não estarão vinculados a qualquer cardápio.

5.4.4.5 O cardápio ofertado no bojo do Programa Cuiabá de Prato Cheio não poderá ser diferente daquele ofertado ordinariamente à população pelo estabelecimento comercial, de modo que o usuário será, para todos os efeitos, considerado consumidor médio.

5.4.5 Na impossibilidade da oferta, por motivo de desastres (naturais ou pela ação humana), de algum gênero alimentício que faça parte da refeição, o fornecedor se comprometerá a fazer a substituição do mesmo por um gênero alimentício do mesmo grupo alimentar, preservando o valor acordado no contrato;

5.4.6 A Empresa deverá entregar a nota fiscal da refeição ao usuário no momento do pagamento.

5.4.6.1 A Nota Fiscal descrita refere-se à contrapartida paga pelo usuário.

5.4.7 A CREDENCIADA deverá exigir documento oficial com foto para a comprovação da identidade do usuário, conferindo com a descrita no “voucher”.

5.5 A CREDENCIADA está sujeita a constante fiscalização contratual, sendo que na utilização de gêneros alimentícios do tipo alimentos proteicos deverão ser entregues frescos, de primeira qualidade.

5.5.1 De acordo com a Lei n.º 8.137, de 27 de dezembro de 1990: *“é configurado como crime misturar gêneros de qualidade desiguais para vendê-los ou expô-los à venda por preço estabelecido para os de mais alto custo ou entregar materiais impróprios ao consumo”* (artigo 7º, incisos III e IX). Esta norma também é válida para produtos cuja não conformidade seja detectada posteriormente à entrega, no momento do uso, por exemplo.

5.6 Para produtos de origem animal, quando solicitado pelo fiscal, o fornecedor deverá apresentar as devidas certificações e registros, na conformidade com a legislação de alimentos, estabelecida pela ANVISA, MS e MAPA, nos termos do Art. 33 da Resolução/CD/FNDE n.º 26, de 17 de junho de 2013.

5.6.1 As comprovações acima especificadas poderão ser realizadas mediante a nota fiscal de aquisição dos produtos com a apresentação das embalagens, além da amostragem de estoque que contenha produtos semelhantes e fechados em suas embalagens originais.

5.7 Reforça-se ainda que é de responsabilidade do fornecedor:

5.7.1 A garantia pela qualidade físico-química e sanitária dos produtos apresentados;

5.7.2 A rotulagem com informações em conformidade com a legislação em vigor, inclusive a nutricional, quando for o caso;

5.7.3 A comprovação, junto às autoridades sanitárias, de instalações compatíveis com o produto que o licitante se propõe a fornecer.

5.7.4 As especificações e critérios técnicos particulares de cada produto são complementares às normas gerais aqui explicitadas.

5.7.5 Uma vez não realizadas as correções necessárias, serão emitidas notificações e o fornecedor sofrerá as sanções cabíveis, conforme presentes no Termo de Referência, ao não corresponder à responsabilidade, única, integral e exclusiva no que concerne à execução do objeto deste processo licitatório.

5.8 As refeições serão oferecidas na modalidade “para consumo no local” e “para viagem”.

5.9 Cada CREDENCIADO ofertará no máximo 50 (cinquenta) refeições diárias.

5.9.1 Ao menos 60% (sessenta por cento) das refeições deverão ser oferecidas na modalidade para “consumo no local”.

5.9.2 A porcentagem aqui estipulada poderá ser aumentada ou diminuída a critério da Administração, levando-se em consideração as consequências e amplitude da Pandemia do Coronavírus SARS-COV-2.

5.10 Não será aceito, em hipótese alguma, produto de baixa qualidade em desacordo com este Termo.

5.11 Todas as refeições devem possuir característica, tamanho, cores e sabores próprios, obrigando o CREDENCIADO a substituí-los em função de problemas de qualidade de qualquer natureza ou omissões verificadas no ato ou posterior a entrega.

5.12 Todos os produtos a serem adquiridos para preparo das refeições deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Ministério da Saúde (MS), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

5.13 As refeições do tipo “Para Viagem”, deverão ser entregues acondicionados em embalagens de isopor ou alumínio resistente, garantindo a preservação em relação à exposição, à temperatura, à sujeira, luz excessiva e umidade.

5.14 Caso a CREDENCIADA esteja impossibilitada de realizar atendimento em algum dia específico, seja qual for o motivo, deverá comunicar antecipadamente a equipe de fiscalização.

5.14.1 Recebida a comunicação, a Equipe de Fiscalização, juntamente com a Coordenadoria Técnica Administrativa e a Secretária Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência, decidirá sobre o remanejamento temporário dos usuários à CREDENCIADA mais próxima, com vistas à efetivamente fornecer a alimentação adequada aos usuários.

5.14.2 O quantitativo referente ao remanejamento descrito no item anterior não afetará o quantitativo máximo diário ou mensal estabelecido neste contrato.

5.14.3 Tão logo cesse a impossibilidade temporária, deverá ser reestabelecido o fluxo normal de usuários, com o devido acompanhamento da equipe de fiscalização, do CRAS e da Coordenadoria Técnica Administrativa da Pasta.

5.15 Todas as despesas relativas ao fornecimento das refeições correrão à custa exclusiva da CREDENCIADA.

5.16 Constatadas irregularidades na execução do objeto, a CONTRATANTE poderá:

5.16.1 Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

5.16.2 Notificar a CREDENCIADA para a adoção das providências cabíveis à eliminação das irregularidades.

5.16.3 Descredenciar o estabelecimento, convocando e credenciando o próximo colocado, aplicando-se as penalidades cabíveis.

5.17 Só serão aceitos os fornecimentos de produtos e/ou serviços que estiverem de acordo com as especificações e quantitativos exigidos, estando sua aceitação condicionada à devida fiscalização dos agentes competentes.

5.18 A CREDENCIADA se responsabiliza integralmente pelos produtos servidos aos usuários, respondendo na forma descrita no Código de Defesa do Consumidor, sem qualquer ônus para a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência – SADHPD

5.19 A CREDENCIADA não poderá subcontratar o objeto.

5.20 Para cada usuário do benefício, será disponibilizado “voucher/cartão” com a quantidade de refeições a serem usufruídas dentro do mês.

5.21 O usuário, de posse do “voucher/cartão”, se deslocará até o estabelecimento credenciado para retirada da refeição (para viagem) ou para consumo no local.

5.22 O “voucher/cartão” será de discricionariedade da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência - SADHPD, podendo utilizar todo e qualquer meio idôneo de distribuição aos usuários.

5.23 Em caso de fornecimento por meio de “voucher”, o restaurante CREDENCIADO deverá reter uma via de cada usuário, de modo a comprovar a sua utilização, apresentando-a quando da emissão da fatura ao fiscal do contrato.

5.24 Todas as vias retidas e apresentadas ao fiscal do contrato serão conferidas, verificando sua autenticidade e eventuais duplicidades, responsabilizando-se os responsáveis por quaisquer danos ao erário.

5.25 O Município de Cuiabá repassará na forma de subsídio, um máximo equivalente ao limite de 50 (cinquenta) refeições diárias por restaurante credenciado.

5.26 Caso o credenciado ultrapasse essa quantidade de fornecimento de refeições diárias, o mesmo não será reembolsado, salvo se houver prévia solicitação e autorização da Administração.

5.27 A CREDENCIADA deverá manter afixado em local externo e visível adesivo, banner, placa ou outro meio/adereço que demonstre o credenciamento realizado.

5.27.1 O adereço será fornecido pela Prefeitura.

5.28 Aquele que não executar diretamente os serviços ao qual se credenciou será descredenciado, mediante processo administrativo que garanta o contraditório e a ampla defesa.

5.29 DO ENDEREÇO DOS CRAS:

CRAS TIJUCAL	Av. Espigão. s/n.º - Bairro: Tijucal.
CRAS PLANALTO	Rua: Atlas, s/n.º - Bairro: Planalto.
CRAS ARAÇA	Rua: J, s/n.º - Esquina com a Rua: C - Bairro: Jardim Araçá.
CRAS JD UNIÃO	Rua: dos Trabalhadores, s/n.º - Bairro: Jardim União.
CRAS PEDRA 90	Av. Nilton Rabelo de Castro, s/n.º - Bairro: Pedra 90.
CRAS PEDREGAL	Rua: Manaíra, s/n.º - Bairro: Pedregal.
CRAS DOM AQUINO	Rua: Irmã Elvira Paris, s/n.º - Bairro: Dom Aquino.
CRAS GETÚLIO VARGAS	Rua: S, s/n.º - Esquina com a Av. Principal - Bairro: Getúlio Vargas.
CRAS NOVA ESPERANÇA	Rua: J, s/n.º - Próximo à Escola Jesus Criança - Bairro: Parque Nova Esperança I.
CRAS PRAEIRO	Rua: Mato Grosso, s/n.º - Centro Comunitário do Bairro - Bairro: Praeiro.
CRAS CPA	Rua: Sessenta e Sete, n.º 47 - Quadra: 09 - Bairro: CPA III - Setor I.
CRAS NOVO COLORADO	Rua: Antônio Gonçalves da Silva, n.º 02 - Quadra: B - Bairro: Jardim Novo Colorado.

CRAS OSMAR CABRAL	Av. Carlos Ador de Souza, n.º 652 - Bairro: São João Del Rey.
CRAS DR. FÁBIO	Rua: Várzea Grande, n.º 437 - Atrás do Posto de Saúde - Bairro: Dr. Fábio I.

5.30 DO DESCREDENCIAMENTO:

- 5.30.1** É vedado o credenciamento antes de transcorridos 12 (doze) meses da assinatura contratual.
- 5.30.2** Havendo o credenciamento antes de transcorrido o prazo acima especificado, incorrerá a CREDENCIADA nas penalidades descritas no item “DAS SANÇÕES/PENALIDADES” relativas à inexecução total do contrato.
- 5.30.3** A Administração poderá, a seu critério, credenciar o Restaurante sem penalidades.
- 5.30.4** A Administração poderá credenciar o Restaurante caso verifique a perda dos requisitos essenciais para a manutenção do credenciamento, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

6 CLAUSULA SEXTA – DOS VALORES E FORMA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

- 6.1** A remuneração da modalidade “para viagem” será de R\$ 15,00 (quinze) reais, considerando:
- 6.1.1** Subsídio da Prefeitura Municipal de Cuiabá no valor de R\$ 13,00 (treze reais);
- 6.1.2** Contrapartida do beneficiário no valor de R\$ 2,00 (dois reais).
- 6.2** A remuneração na modalidade “para consumo no local” será de R\$ 12,00 (doze reais), considerando:
- 6.2.1** Subsídio da Prefeitura Municipal de Cuiabá no valor de R\$ 10,00 (dez reais);
- 6.2.2** Contrapartida do beneficiário no valor de R\$ 2,00 (dois reais).
- 6.3** A contrapartida do beneficiário será paga diretamente ao estabelecimento comercial, não havendo qualquer responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência - SADHPD sobre tal parcela.
- 6.4** O subsídio de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Cuiabá será pago nos termos deste contrato.

7 CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

- 7.1** Assumir integral responsabilidade pelo fornecimento das refeições de acordo com o especificado no Termo de Referência, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida.
- 7.2** Fornecer os produtos sempre em rigorosa observância aos termos do Termo de Referência, bem como as cláusulas contratuais.
- 7.3** Iniciar a execução dentro de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da Emissão da Ordem de Fornecimento.
- 7.4** Deverão ser respeitadas todas as exigências específicas relativas aos alimentos, contidas neste termo, inclusive no que tange ao transporte e armazenamento dos alimentos.

- 7.5** A CREDENCIADA deverá informar nome e contato telefônico do preposto responsável pela empresa.
- 7.6** Cada estabelecimento credenciado deverá possuir contato telefônico (fixo, celular e/ou WhatsApp/similar) do local de fornecimento das refeições.
- 7.7** Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.
- 7.8** Submeter-se à fiscalização por parte do CONTRATANTE, acatando as determinações e especificações contidas neste Termo.
- 7.9** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.
- 7.10** Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência - SADHPD, no tocante ao fornecimento da alimentação, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Termo.
- 7.11** Comunicar imediatamente a Secretaria qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência.
- 7.12** Fica vedada a alteração do local do restaurante sem prévia comunicação e consentimento da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência - SADHPD.
- 7.13** Caso ocorra a alteração de endereço, deve haver a reanálise dos critérios de classificação, de modo que, alterando-se a região de fornecimento (CRAS de referência), permanecerá automaticamente descredenciado o estabelecimento, convocando-se o mais bem colocado.
- 7.14** Inexistindo cadastro de reserva, poderá a Pasta aceitar a alteração de endereço, desde que não frustre os objetivos do Programa Cuiabá de Prato Cheio.
- 7.15** Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes.
- 7.16** Indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a CREDENCIADA adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.
- 7.17** Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como, ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas pela Legislação vigente.
- 7.18** Acatar as orientações da Pasta, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.
- 7.19** Caso seja detectada alguma falha no fornecimento, que esteja em desconformidade com este Termo, a CREDENCIADA deverá efetuar o reparo satisfatoriamente no prazo máximo de 02 (duas) horas, após a notificação, sem prejuízo das sanções previstas.

7.20 Durante a Vigência do credenciamento, a CREDENCIADA deverá atender prontamente às requisições e especificações deste instrumento, a partir da solicitação.

7.21 Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

7.22 Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do Artigo 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, os empregados da CREDENCIADA intentarem reclamações trabalhistas contra a Pasta.

7.23 Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente contrato.

7.24 Realizar os serviços com pessoal, seus empregados, devidamente capacitados e registrados segundo as normas da Lei ou terceiros devidamente contratados e habilitados pela CONTRATADA.

7.25 Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados à Secretaria ou a terceiros, por ação ou omissão no fornecimento do presente Termo.

7.26 A CONTRATADA não poderá utilizar a marca e/ou o nome da Secretaria Municipal de Assistência Social Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência - SADHPD, em seu nome comercial, propagandas ou qualquer forma de vinculação a si, sem a prévia e expressa autorização da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência - SADHPD.

7.27 A CREDENCIADA deverá controlar o quantitativo de refeições fornecidas diariamente e por mês, comunicando, imediatamente, quaisquer inconsistências relativas à valores alheios ao ordinário.

7.28 Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

8 CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ

8.1 Informar à CREDENCIADA e seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento para a execução do serviço credenciado.

8.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CREDENCIADA.

8.3 Comunicar prontamente à CREDENCIADA toda e qualquer anormalidade verificada na vigência do credenciamento.

8.4 Emitir e controlar o número de “vouchers/cartão” (saldo) por usuário.

8.5 Notificar à CREDENCIADA toda e qualquer ocorrência relacionada à execução do serviço.

8.6 Designar servidor ou comissão para realizar a fiscalização da prestação, da entrega e do acompanhamento da execução do serviço, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, tudo com base neste Termo.

8.7 Na hipótese de rejeição dos serviços, fazê-lo por escrito, informando a medida que julgar necessária à sua perfeita regularização.

8.8 Exercer a fiscalização dos serviços, na forma prevista na Lei n.º 8.666/93;

8.9 A Pasta compromete-se a:

8.9.1 Designar equipe de fiscalização, a quem compete, dentre outros, o dever de analisar as regras de negócios, as quantidades e valores a serem fornecidos de acordo com as disponibilidades orçamentárias/financeiras e as necessidades do órgão/entidade.

8.9.2 Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CREDENCIADA, efetuando os pagamentos de acordo com este Termo.

8.9.3 Notificar, formal e tempestivamente, a CREDENCIADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento da contratação.

8.9.4 Notificar a CREDENCIADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

8.9.5 Fiscalizar a execução da presente contratação, conforme art. 67 da Lei Federal n.º 8.666/93.

8.10 Ao **Fiscal do Contrato**, designado oficialmente pelo Órgão/Entidade cabe, no mínimo:

8.10.1 Acompanhar o fornecimento das refeições nas CREDENCIADAS, bem como efetuar seu controle;

8.10.2 Prestar informações e esclarecimentos ao preposto da CREDENCIADA, sempre que for preciso;

8.10.3 Realizar o registro da ocorrência de atraso injustificado e ou, o não cumprimento dos prazos e datas de entregas;

8.10.4 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela CREDENCIADA;

8.11 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CREDENCIADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CREDENCIADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

8.12 Comunicar imediatamente à CREDENCIADA sobre irregularidades constatadas quando da inspeção dos serviços.

8.13 Fiscalizar a entrega dos serviços de acordo com a necessidade de da Secretaria em quantidades e especificidades dos produtos, conforme descritas, junto à Ordem de Fornecimento emitida pela Coordenadoria Administrativa.

9 CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1 O Município de Cuiabá, através da **Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência - SADHPD**, designará a Equipe de Fiscalização, que será responsável para exercer um rigoroso controle no serviço que foi proposto, comprovando a sua fiel execução, em especial quanto à qualidade.

9.2 A equipe descrita realizará **acompanhamento, fiscalização, conferência e avaliação da execução do presente objeto**, procedendo ao registro das ocorrências, falhas e/ou defeitos detectados e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, comunicando por

escrito à autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CREDENCIADA.

9.3 DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DO CONTRATO:

9.3.1 Realizar conferências das notas fiscais atestadas pelo Fiscal do contrato, e posteriormente efetuar o pagamento,

9.3.2 Atentar aos valores a serem pagos, tomando cuidado para que os pagamentos não ultrapassem o valor do contrato,

9.3.3 Acompanhar e analisar os relatórios que por ventura venham a ser emitidos pelo Fiscal do contrato.

9.3.4 Havendo qualquer apontamento que acuse atraso ou descumprimento da aquisição/serviço, o Gestor deverá notificar a CREDENCIADA, solicitando justificativa e o cumprimento no prazo estabelecido pela Secretaria demandante.

9.3.5 Deverá lançar as informações que forem de sua responsabilidade no Sistema Informatizado de Controle de Contratos Municipal e quaisquer outras ao qual a Administração julgar necessárias e convenientes para o excelente andamento do contrato e que estiverem em conformidade com a Instrução Normativa n.º 06/2014.

9.4 DAS ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DO CONTRATO:

9.4.1 Orientar: estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do contrato;

9.4.2 Fiscalizar: verificar o material utilizado e a forma de execução do objeto do contrato, confirmando o cumprimento das obrigações;

9.4.3 Interditar: paralisar a execução do contrato por estar em desacordo com o pactuado;

9.4.4 Intervir: assumir a execução do contrato;

9.4.5 Informar à Administração o cometimento de falhas e irregularidades detectadas pela CREDENCIADA que implique comprometimento da aquisição e/ou aplicação de penalidades previstas;

9.4.6 Noticiar os casos de afastamento em virtude de férias, licenças ou outros motivos, para que o substituto (suplente) possa assumir a gestão do contrato, evitando prejuízos, interrupções e suspensão das atividades de fiscalização.

9.4.7 Ter total conhecimento do contrato e suas cláusulas;

9.4.8 Solicitar a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, decisões e providências que ultrapassem a sua competência;

9.4.9 Zelar pelo bom relacionamento com a CREDENCIADA, mantendo um comportamento ético, probo e cortês;

9.4.10 Conferir os dados das faturas antes de atestá-las, promovendo as correções devidas e arquivando cópia junto aos demais documentos pertinentes;

9.4.11 Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, informando ao Gestor do Contrato aquelas que dependam de providências, com vistas à regularização das faltas ou defeitos observados;

9.4.12 Acompanhar e controlar, quando for o caso, as entregas e o estoque de materiais de reposição, destinados à execução do objeto contratado, principalmente quanto à sua quantidade e qualidade;

9.4.13 Formalizar, sempre, os entendimentos com a CREDENCIADA ou seu Preposto, adotando todas as medidas que permitam compatibilizar as obrigações bilaterais;

9.4.14 Avaliar constantemente a qualidade da execução contratual, propondo, sempre que cabíveis, medidas que visem reduzir gastos e racionalizar os serviços;

9.4.15 Observar rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes às suas atribuições, agindo com transparência no desempenho das suas atividades.

9.4.16 Conferir e atestar a Nota Fiscal emitida pela empresa CREDENCIADA, encaminhando-a diretamente a Coordenadoria Técnica Administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência - SADHPD, a fim de providenciar a Nota de Liquidação.

9.5 Caberá também à Equipe de Fiscalização outras obrigações existentes na legislação vigente (Lei n.º 8.666/93 e a IN SCL n.º 006/2014) ou nas venham a substituí-las.

9.6 Eventuais alterações dos integrantes da Equipe de Fiscalização deverão ser realizadas por meio de Portaria a ser publicada no Diário Oficial, dispensado o apostilamento.

9.7 Neste ato, fica nomeada a seguinte Equipe de Fiscalização:

Gestor do contrato	EDJANE ARAÚJO DA SILVA - Cargo: Nutricionista, Matrícula: 4900209.
Fiscal do contrato	POLIANA ELIZA EUSTÁQUIO FARIA - Cargo: Nutricionista, Matrícula: 4899838.
Suplente do fiscal	CRISTIANE MARIA DE MATTOS - Matrícula: 4904841, Cargo: Gerente de Atenção Básica.

10 CLÁUSULA DECIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO PAGAMENTO

10.1 As despesas decorrentes deste credenciamento correrão por conta dos recursos abaixo:

ÓRGÃO	NATUREZA DA DESPESA	
11	3.3.90.39	
UNIDADE	FONTE	
601	1500	RECURSOS ORDINÁRIOS
PROGRAMA/AÇÃO		
2079		

10.2 Para que se proceda efetivamente o pagamento, a CREDENCIADA deverá fazer acompanhar da Nota Fiscal/Fatura, obrigatoriamente, todas as certidões de regularidade fiscal, já citadas anteriormente, devidamente vigentes.

10.3 A CREDENCIADA deverá apresentar a nota fiscal, a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao mês que em ocorreu o fornecimento, que consignará valores em reais e discriminará o mês em que o fornecimento ocorreu.

10.4 A CREDENCIADA deverá manter, durante toda a vigência contratual, a plena regularidade fiscal, exigida em Lei.

10.5 Caso a CREDENCIADA não apresente a efetiva documentação necessária, dentro do prazo legal, o recebimento ficará prejudicado, podendo ser suspenso ou interrompido, independentemente das penalidades legais aplicáveis ao fato, até que a empresa regularize a situação, não ocorrendo qualquer ônus para a CONTRATANTE.

10.6 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, antes da sua efetiva liquidação.

10.7 O atesto será expedido pelo responsável do setor/departamento competente da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência - SADHPD, que somente o fará após a constatação do cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Contrato, bem como, se for o caso, informar as ocorrências para aplicação das sanções previstas no edital.

10.8 O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a liquidação da Nota Fiscal/Fatura.

10.9 Caso os serviços sejam recusados ou a correspondente Nota Fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do fornecimento ou do documento fiscal, a depender do evento.

10.10 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta à CREDENCIADA em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

10.11 A CONTRATANTE não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

10.12 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da CREDENCIADA.

10.13 O pagamento dar-se-á por intermédio de Nota de Ordem Bancária (NOB), em moeda corrente nacional e obedecendo a ordem cronológica, nos termos do art. 5º da Lei n.º 8.666/93.

10.14 O pagamento não será considerado como aceitação definitiva do fornecimento e não isentará a CREDENCIADA das suas responsabilidades e obrigações, quaisquer que sejam.

10.15 O pagamento será retido ou glosado, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando:

10.15.1 A CREDENCIADA não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades CREDENCIADAS, nos termos deste Termo de Referência;

10.15.2 Se, por qualquer motivo alheio à vontade da CONTRATANTE, for paralisado o fornecimento, sendo que o período correspondente não gerará obrigação de pagamento;

10.16 Não será devido qualquer pagamento caso não haja consumo pelos usuários, não gerando, o credenciamento, direito adquirido ao mínimo de refeições.

10.17 A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas, inclusive aquelas em processo de apuração, ou indenizações, devidas pela CREDENCIADA, nos termos deste termo.

- 10.18** Havendo litígio judicial, a CONTRATANTE reserva-se no direito de efetuar a retenção do montante descrito no valor da causa, mormente às demandas oriundas da Justiça do Trabalho.
- 10.19** O montante descrito no subitem anterior será depositado judicialmente perante a vara competente para processamento, perfazendo-se, tal depósito, como quitação do montante devido à CREDENCIADA.
- 10.20** O valor a ser retido poderá ser superior, a critério e análise da Administração quanto aos riscos jurídicos e reais possibilidades de perdas processuais.
- 10.21** Os pagamentos estarão sujeitos à retenção na fonte dos tributos, de acordo com a legislação vigente.
- 10.22** O pagamento do fornecimento estará condicionado, ainda, à apresentação da Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado pela CONTRATANTE, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei n.º 8.666/93.
- 10.23** A Nota Fiscal deverá ser emitida em duas vias somente após o recebimento da Nota de Empenho e deverá conter as seguintes discriminações:
- 10.23.1** Razão Social;
 - 10.23.2** Número da Nota Fiscal/Fatura;
 - 10.23.3** Data de emissão;
 - 10.23.4** Nome da Secretaria Solicitante;
 - 10.23.5** Descrição do material e/ou serviço;
 - 10.23.6** Quantidade, preço unitário, preço total;
 - 10.23.7** Dados Bancários (nome e número do banco, número da agência, número da conta corrente);
 - 10.23.8** Número do Contrato;
 - 10.23.9** Número da Nota de Empenho;
 - 10.23.10** Não deverá possuir rasuras.
- 10.24** A CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal relativa ao fornecimento de refeição (ICMS), com a discriminação dos impostos incidentes.
- 10.25** A Nota Fiscal deverá ser emitida no valor subsidiado pela Prefeitura Municipal de Cuiabá/MT.
- 10.26** A Nota Fiscal deverá ser apresentada ao Fiscal do Contrato, responsável pelo recebimento do bem/serviço.
- 10.27** O Fiscal registrará a data de apresentação da Nota Fiscal nos autos do processo.
- 10.28** Constatado qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida à CREDENCIADA para as devidas correções.
- 10.29** Toda e qualquer devolução será acompanhada das razões que motivaram a sua rejeição.
- 10.30** Os prazos fixados para pagamento correrão da data do recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente corrigida.

10.31 Constatada a sua regularidade, o Fiscal do Contrato encaminhará a Nota Fiscal para a Coordenadoria Técnica Administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência - SADHPD.

10.32 A SADHPD situa-se no seguinte endereço: Avenida das Torres n.º 743, Bairro Jardim Renascer - Cuiabá/MT.

10.33 Deverá, obrigatoriamente, fazer acompanhar da Nota Fiscal/Fatura, todas as certidões de regularidade fiscal, devidamente válidas:

10.33.1 Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

10.33.2 Certidão Negativa de Débito Fiscal (CND), expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio tributário da licitante, observando que no caso do Estado de Mato Grosso, deverá ser específica para participação em licitações públicas;

10.33.3 Certidão quanto à Dívida Ativa do Município da sede da licitante;

10.33.4 Certificado de Regularidade relativo à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

10.33.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11.1 O contrato poderá ser alterado observando as exigências deste contrato, nos casos previstos no Artigo 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações, com as devidas justificativas e mediante interesse da Administração.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Nos termos da Lei n.º 10.520/2002, comete infração administrativa a CREDENCIADA que:

12.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.3 Falhar ou fraudar na execução do contrato;

12.1.4 Comportar-se de modo inidôneo; ou

12.1.5 Cometer fraude fiscal.

12.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CREDENCIADA as seguintes sanções:

12.2.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

12.2.2 Multa de:

12.2.2.1 20% (Vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho, em caso de descumprimento total da obrigação;

- 12.2.2.2** 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 15º (décimo quinto) dia de atraso, sobre o valor total da parte do serviço/fornecimento não realizado;
- 12.2.2.3** 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso subsequente ao 15º (décimo quinto), sobre o valor da parte do serviço/fornecimento não realizado, até o 30º (trigésimo);
- 12.2.2.4** 0,7% (sete décimos por cento) por dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor da parte do serviço/fornecimento não realizado, desde que não configurado a inexecução total.
- 12.2.2.5** 0,07% (sete centésimos por cento) sobre o valor total da contratação devidamente atualizado, por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), na hipótese de recusa injustificada da CREDENCIADA em apresentar a garantia, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da assinatura do Contrato e/ou recompor o valor da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após regularmente notificada;
- 12.2.2.6** As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 12.2.3** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 12.2.3.1** A Sanção de impedimento de licitar e contratar, prevista neste subitem, também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no primeiro subitem desta seção deste Termo de Referência.
- 12.2.4** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CREDENCIADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;
- 12.3** As sanções previstas acima descritas poderão ser aplicadas à CREDENCIADA juntamente com as de multa.
- 12.4** Também ficam sujeitas às penalidades dos incisos III e IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, as empresas ou profissionais que:
- 12.4.1** Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 12.4.2** Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.4.3** Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 12.5** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CREDENCIADA, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93 e as normativas correlatas do Município de Cuiabá/MT.
- 12.6** As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

12.6.1 A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

12.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.9 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846/13, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo, necessárias à apuração da responsabilidade da empresa, deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

13.1.1 Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2 A rescisão do contrato poderá ser:

13.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito pela Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, assegurando o contraditório e a ampla defesa;

13.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o Município de Cuiabá;

13.2.3 Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

13.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

14.1 O Município de Cuiabá providenciará a publicação deste Contrato, por extrato, Diário da Gazeta Municipal de Cuiabá no endereço eletrônico <http://www.gazetamunicipal.cuiaba.mt.gov.br/>, em até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura para ocorrer no prazo máximo de vinte dias, daquela data.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 Fica eleito o foro da Justiça Estadual de Mato Grosso, Comarca de Cuiabá, para dirimir qualquer dúvida decorrente do presente Contrato, com renúncia de qualquer outro.

E assim, por estarem às partes justas e **contratadas**, foi lavrado o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas **PARTES**, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas:

Cuiabá, ____ de _____ de 2022.

CONCEDENTE:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - SADHPD

CONCESSIONÁRIO:

NOME DA CREDENCIADA
CNPJ (MF) Nº
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
RG:
CPF:

TESTEMUNHAS:

01) _____
RG Nº.
CPF Nº.

02) _____
RG Nº.
CPF Nº.

TERMO DE ENCERRAMENTO

O edital e anexos do Chamamento Público nº 004/2022/PMC – 1ª REPUBLICAÇÃO, possui 65 (sessenta e cinco) folhas, incluindo esta, numeradas e ordenadas.

Cuiabá (MT), 30 de junho de 2022.

Luciana Carla Pirani Nascimento
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Agmar Divino Lara de Siqueira
Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos